



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

Plano de Gestão Florestal

Herdade Das Sesmarias

2014

“Agricultura Presente, um Projeto com Futuro”



Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Data: 8 de janeiro de 2014
Validade: 31 dezembro de 2018

Proprietários/
Entidade Gestora: DRAPLVT – Direção Regional de
Agricultura e Pescas de Lisboa e
Vale do Tejo
Quinta das Oliveiras, E.N. 3
2001 – 906 SANTARÉM

Técnicos: Vasco Costa, João Macedo e
João Arsénio

NIF: 600 005 305
Contacto: 243 377 500

Assinatura:



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. TITULARIDADE.....	6
3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	6
4. REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS.....	9
5. CARACTERIZAÇÃO DO COBERTO FLORESTAL E DOS RECURSOS ASSOCIADOS	9
5.1. Histórico da Gestão.....	9
5.2. Caracterização Económica da Propriedade	10
5.2.1. <i>Função de Proteção</i>	10
5.2.2. <i>Função de Caça e Pesca</i>	11
5.3. Presença de Riscos Naturais	11
5.4. Infraestruturas.....	12
5.5. Faixas de Gestão de Combustível Existentes.	12
6. MODELO DE EXPLORAÇÃO.....	13
6.1. DESCRIÇÃO DAS PARCELAS DE ORDENAMENTO FLORESTAL	13
7. DESCRIÇÃO DOS RECURSOS	14
8. OBJETIVOS GERAIS	14
9. ADEQUAÇÃO AO PROF.....	15
10. PLANO GERAL DE EXPLORAÇÃO.....	16
10.1. Aproveitamento de Recursos Não Lenhosos	16
10.1.1. <i>Extração de Cortiça (Sub parcela 1.1)</i>	16
10.1.2. <i>Pinhas</i>	17
10.2. Produção Lenhosa (Sub parcela 1.2)	18
10.3. Outros Recursos Associados	18



<i>10.3.1. Componente Cinegética, Aquícola e Apícola</i>	18
<i>10.3.2. Componente Recreio e Lazer</i>	19
10.4. Programa de Infraestruturas	19
10.5. Programa de Operações Silvícolas	19
11. CALENDARIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES	20
ANEXO I	21
GLOSSÁRIO DE OPERAÇÕES SILVÍCOLAS	21
<i>SOBREIROS</i>	21
<i>PINHEIROS MANSOS</i>	21
<i>PINHEIROS BRAVOS</i>	22
ANEXO II	23
MODELOS DE SILVICULTURA	23
NORMAS FLORESTAIS APLICÁVEIS	24
PRODUÇÃO DE MADEIRA	24
PRODUÇÃO DE CORTIÇA	24
PRODUÇÃO DE FRUTOS E SEMENTES	25
SUORTE À CAÇA E CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES CINEGÉTICAS	25
PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS CORREDORES ECOLÓGICOS	26
<i>Conservação de Recursos Genéticos</i>	26
<i>Suporte à Pesca em Águas Interiores</i>	26
ANEXO III	27
CARTOGRAFIA	27



1. INTRODUÇÃO

Os *PGF* (Planos de Gestão Florestal) são instrumentos de ordenamento florestal das explorações. Regulam, no tempo e no espaço, com subordinação aos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) as intervenções de natureza cultural e ou de exploração e visam a produção sustentada dos bens ou serviços originados em espaços florestais, determinada por condições de natureza económica, social e ecológica.

O objetivo de gestão da Herdade das Sesmarias é o de produzir rendimentos de uma forma contínua, sem conduzir a uma redução futura da produtividade da floresta, promovendo a sua valorização potencial futura.



Trata-se de gerir sustentadamente – modelo de desenvolvimento que permite satisfazer as necessidades das gerações atuais sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas.

Nestas circunstâncias, considerando o povoamento dominante equiénio, em plena produção, deve o Gestor, do mesmo modo que deverá preservar a regeneração natural, deverá simultaneamente, proceder à instalação localizada do pinheiro manso (espécie principal), em clareiras cuja densidade a justifique.

A elaboração de um plano tem por base a expectativa de alcançar mais eficazmente o objetivo estabelecido, contudo alguns comentários devem ser feitos:

O presente Plano de Gestão Florestal localiza-se na Charneca Ribatejana, no distrito de Setúbal, concelho do Montijo e freguesia de Santo Isidro de Pegões.

A propriedade está delimitada por terrenos agrícolas de vinha e florestais de pinhal manso e bravo, montado de sobre eucaliptal em todas as direções.

Na Direção nascente (Este) existe também um aglomerado urbano.

Está ladeada a Sul no sentido E – W pelo IC1 e a Norte no sentido NE – SW pela A13.

O limite SE – SW de toda a propriedade é a linha de caminho de ferro que faz a ligação Poceirão a Setúbal.

Existe um gasoduto que atravessa longitudinalmente a propriedade.

O acesso principal à propriedade é realizado através do IC1 que liga Pegões cruzamento à Marateca.

As principais espécies florestais existentes são o pinheiro manso, o sobreiro e o pinheiro bravo.

De acordo com o DL n.º 16/2009 de 14 de janeiro, o Plano de Gestão Florestal que se apresenta compreende três componentes principais, as quais respondem às Normas Técnicas de Elaboração dos Planos de Gestão Florestal publicadas pela AFN em junho de 2009:

- Documento de avaliação constituído por um diagnóstico da situação atual (componente florestal e caça) e o respetivo enquadramento territorial e social;

- Planeamento da gestão florestal constituído pelos modelos de exploração da produção lenhosa, e dos recursos não lenhosos, bem como dos serviços associados no curto e longo prazo;
- Cartografia de enquadramento da Herdade das Sesmarias, e de planeamento das operações florestais no curto prazo.

Salienta-se que as florestas estão sujeitas a mudanças que podem ter origem ambiental ou humana, bem como podem existir alterações significativas à situação atual do ponto de vista económico ou político.

Estas alterações podem afetar o potencial produtivo, as técnicas utilizadas ou a rendibilidade da floresta.

Assim sendo não faz sentido que alteradas as circunstâncias se corra o risco de proceder, illogicamente, apenas porque está determinado no plano de gestão. Por outro lado, um plano que concede completa liberdade de resposta a qualquer alteração conjuntural deixa de ser um plano, para consistir numa série de decisões arbitrárias que, só por acaso, conseguiriam atingir o objetivo proposto.

Há pois que encontrar um equilíbrio entre flexibilidade e rigidez, e sobretudo há que fazer um controlo efetivo do plano, nomeadamente através de manutenção de registos das produções anuais, das operações efetuadas, e dos custos e receitas envolvidos.



2. TITULARIDADE

A entidade gestora da Herdade das Sesmarias é a DRAPLVT – Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, sendo titular o Estado Português (Atualização de Caderneta Predial Rústica de 2010-12-07 no Serviço de Finanças do Montijo).

A propriedade pertenceu à Fazenda Nacional – Junta Colonização Interna até 1995, transitou a gestão para a Direção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste em 1997 (Despacho nº 7236/97 2ª série de 6 de setembro), passando a integrar o património privativo do ex-IHERA em 1998 (Despacho nº 6730/98 2ª Série de 23 de abril).

A propriedade tem uma área total cadastral de 309,225 há (a área medida através de SIG é 300,15 hectares) a área florestal abrangida por este PGF é 295,28 ha correspondente às parcelas 1551882806400 e 1541871024001 do parcelário).

Proprietário / Gestor	Secção/ Artigo Matricial	Local	Freguesia	Concelho	Área afeta ao Plano (ha)	Parcela florestal nº	Sub-parcela florestal n.º
DRAPLVT	E – 8	Sesmaria Nova	Santo Isidro de Pégões	Montijo	270,28	1	1.1
					25,00		1.2
					TOTAL		
					295,28		

QUADRO 1: IDENTIFICAÇÃO DOS PRÉDIOS E DAS PARCELAS DE GESTÃO

3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Relativamente às regiões Fitoclimáticas, e de acordo com a carta ecológica definida por Pina Manique e Albuquerque, a exploração insere-se na zona Submediterrânea¹ (SM), no andar Basal, ou seja abaixo dos 400m de altitude.

Ao nível climatológico podem-se utilizar como elementos caracterizadores da situação os valores registados no posto udométrico de Lavre. Assim, foram estudados os seguintes elementos:

Precipitação:

- média anual 671,4 mm
- média estival 26 mm
- frequência de precipitações ocultas 15 dias

¹ Pólo de influência climática é o mediterrâneo, com invernos amenos e verões secos



Temperatura:

- média do mês mais quente 22,5 °C
- média do mês mais frio 9 °C

Geadas:

- n.º de dias por ano 40
- data da última geada 15/03

Ventos dominantes: Noroeste

A caracterização autofítica define-se como o conjunto das espécies florestais que naturalmente estariam presentes, e tem por base a seguinte silva climática 2:

- *Olea europaea sylvestris* (Zambujeiro)
- *Pinus pinaster atlantica* (Pinheiro bravo)
- *Pinus pinea* (Pinheiro manso)
- *Quercus faginea* (Carvalho cerquinho)
- *Quercus suber* (Sobreiro)

A aderência entre o coberto florestal presente (sobreiro, pinheiro manso e pinheiro bravo) e os principais representantes da caracterização autofítica é quase total.

As espécies presentes no sub-bosque são as características da região:

- *Cistus* sp – sargaços e estevas
- *Ulex* sp – tojo;
- *Halimium ocymoides* – mato branco;
- *Erica* sp. e *Caluna* sp. – urzes;
- *Quercus lusitanica* – carvalhiça;
- *Dittrichia viscosa* – táguedas.

2 Espécies florestais características do equilíbrio da sucessão ecológica



A Herdade das Sesmarias encontra-se abrangida pelos seguintes instrumentos de planeamento de hierarquia superior:

Instrumento	Designação	Estado
PROT	Área Metropolitana de Lisboa PROTALM	Disponível
PROF	Área Metropolitana de Lisboa	Disponível
PMDFCI	Montijo	Disponível
PDM	Montijo	Disponível
Plano de Bacia Hidrográfica	Tejo	Disponível

QUADRO 2: INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO

A totalidade da Herdade das Sesmarias encontra-se inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Tejo e no Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa, na sub-região homogénea da Charneca. Trata-se de uma sub-região em que o setor florestal assume em termos económicos um papel de relevo. Relativamente às funcionalidades preconizadas para esta zona homogénea estas aparecem hierarquizadas por Produção, Silvopastorícia e Caça, e Conservação.

- Primeira funcionalidade: Produção

É uma sub – região com elevado potencial para a produção das espécies das fileiras de interesse nacional, com dominância do montado de sobro. Entre as espécies a privilegiar o sobreiro, o pinheiro manso, o pinheiro bravo e o sobreiro são as existentes na Herdade das Sesmarias.

- Segunda funcionalidade: Silvopastorícia e Caça

A sub-região tem ainda aptidão considerável para diversas espécies cinegéticas. A Herdade das Sesmarias está abrangida por uma Zona de Caça Municipal (4608 - ICNF), com a gestão da Associação de Caçadores e Pescadores do Montijo, não existindo prática de pastoreio.

- Terceira funcionalidade: Conservação

Devido à continuação do corredor ecológico resultante dos estuários do Tejo e do Sado (PROTAML), as espécies a privilegiar na sub-região homogénea da Charneca são:

- Amieiro (*Alnus glutinosa*);
- Azinheira (*Quercus rotundifolia*);
- Carrasco (*Quercus coccifera*);
- Carvalho cerquinho (*Quercus faginea*);
- Cedro do Buçaco (*Cupressus lusitanica*);
- Cerejeira brava (*Prunus avium*);
- Freixo (*Fraxinus angustifolia*);
- Lodão - bastardo (*Celtis australis*);
- Medronheiro (*Arbutus unedo*);
- Pinheiro manso (*Pinus pinea*);
- Salgueiro (*Salix sp.*);
- Sobreiro (*Quercus suber*);



Não existem na propriedade áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, nem áreas submetidas a Regime Florestal.

4. REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS

Condicionante	Herdade das Sesmarias
Rios/Ribeiras	Não tem
REN	Tem (área não significativa)
RAN	Não tem
Sítios Classificados	Não tem
Estradas Nacionais (A13) / Municipais	X
Rede Elétrica	X
Marco Geodésico	Não tem
Outros (via férrea)	X

QUADRO 3: CONDICIONANTES

5. CARACTERIZAÇÃO DO COBERTO FLORESTAL E DOS RECURSOS ASSOCIADOS

5.1. Histórico da Gestão

A propriedade está ocupada predominantemente por um Pinhal Manso com uma estrutura regular em plena produção.

Na área mais a NE existe uma parte com cerca de 25 hectares com Pinhal Bravo X Pinhal Manso (sub-parcela 1.2) instalado em estrutura irregular (foi sujeita a corte raso), apresentando bastante regeneração natural e sinais evidentes de lençol freático a pouca profundidade.

Existem exemplares de Sobreiros espalhados pela propriedade e núcleos dispersos de Medronheiros.

Toda a propriedade apresenta-se plana e com acessos públicos. O solo é regra geral pouco fértil e arenoso sem vocação para produção de culturas em sob coberto.

Não existe um histórico de incêndios florestais nos últimos 20 anos de acordo com a informação disponibilizada pelo ex-ICNF e pelo PMDFCI.



As intervenções florestais mais relevantes foram as seguintes:

Datas estimadas de intervenção	Intervenções de Gestão
1945 a 1950	Arborização com Pinheiro Manso
1950 a 2010	Limpeza matos regular com gradagem
1970 a 2009	Desbastes regulares de Pinhal Manso
2005 a 2006	Corte de Pinhal Bravo
1950 a 2009	Beneficiação de rede viária
2006	Descortiçamento

QUADRO 4: INTERVENÇÕES FLORESTAIS

5.2. Caracterização Económica da Propriedade

Os setores produtivos da exploração são essencialmente a produção de pinhas e a exploração de cortiça. Como produtos secundários há ainda o material lenhoso proveniente de sobreiros, pinheiros secos e de desbastes.

A cortiça é explorada em extração única em pau batido, de nove em nove anos, sendo que o último ano de tiragem foi em 2006, sendo que o próximo ano de tiragem será quando se completar o novénio, ou seja em 2015 com uma produção estimada de 300 arrobas.

As pinhas são vendidas na árvore, sendo que ultimamente foram realizados 2 concursos públicos em 2011 e 2013, e as melhores ofertas foram de 20.000,00 Euros e 72.663,00 Euros respetivamente, o que equivale aproximadamente a 70 toneladas.

5.2.1. Função de Proteção

No tipo de solos existente as áreas florestais asseguram grau de coberto que minimiza a erosão do solo, principalmente as espécies de rotação mais longa como o sobreiro e o pinheiro manso.

A propriedade insere-se no corredor ecológico definido no âmbito do PROF da Área Metropolitana de Lisboa que envolve e atravessa as unidades territoriais e o sistema urbano, através da criação de ligações que visam a transferência e troca de energia entre ecossistemas diferentes, para lhes garantir consistência e sustentabilidade. Os objetivos a desempenhar pelos corredores ecológicos são os seguintes:

- garantir o desenvolvimento sustentável dos ecossistemas;
- prevenir contra danos ambientais futuros;
- proteger a biodiversidade, não só pelo seu valor ecológico como também pelo seu papel essencial na qualidade de vida da sociedade

Apesar da 1ª funcionalidade da sub-região homogénea da Charneca ser a produção, a função principal dos espaços florestais existentes ou a criar nos corredores ecológicos será a Proteção e/ou Conservação, devendo considerar as normas respetivas (anexo II).



5.2.2. Função de Caça e Pesca

Na Herdade das Sesmarias é explorada a atividade cinegética, porém a gestão da mesma não é da responsabilidade do proprietário. Não existe para o mesmo um retorno económico relativo a esta atividade.

Herdade	Tipo ZC	Nome ZC	N.º Licença ICNF	Entidade Gestora	Contactos
Sesmarias	Municipal	ZCM Santo Isidro de Pegões	4608 - ICNF	Associação de Caçadores e Pescadores do Montijo	Rua do Professor António Caleiro, 105 2870-358 MONTIJO

QUADRO 5: EXPLORAÇÃO CINEGÉTICA

5.3. Presença de Riscos Naturais

Riscos Presentes	Sub-Parcela	Grau
Risco de incêndio	1.1	Baixo
Risco de incêndio	1.2	Baixo
Processionária do pinheiro	1.1, 1.2	Médio
Nemátodo da madeira do pinheiro (NMP)	1.1, 1.2	Médio
Espécies invasoras	n/a	n/a

QUADRO 6: RISCOS NATURAIS

De acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o risco de incêndio é médio a baixo. A perigosidade de incêndio é baixa a média em todas as parcelas florestais.

A área de restrição do Nemátodo da Madeira do Pinheiro, inclui a Herdade das Sesmarias obrigando a cortes sanitários dos pinheiros bravos e mansos com sintomas. Existem principalmente pinheiros mansos na propriedade e a suscetibilidade destes ao NMP é reduzida.

A processionária do pinheiro – *Thaumetopoea pityocampa* – também apresenta risco médio em virtude da reduzida suscetibilidade dos pinheiros mansos jovens a esta praga, no entanto devido à inexistência de povoamentos jovens de pinheiro bravo, principalmente na área NE da propriedade o grau de risco da presença desta praga aumenta significativamente.

Na área florestal abrangida por este PGF, não existe risco de cheias nem outros riscos naturais.

5.4. Infraestruturas

Rede Viária
Existe rede viária
Transitável e em bom estado
Suficiente para a dimensão da exploração Densidade: 88,19 metros/hectare

Pontos de Água
Não existem Pontos de Água na área

QUADRO 7: INFRASTRUTURA

5.5. Faixas de Gestão de Combustível Existentes

Existe na parte Este da propriedade uma área de faixas de gestão secundárias e terciárias de combustível (FGC) que estão limpas de arvoredos e com a vegetação infestante controlada (correspondente a uma zona perimetral de uma unidade industrial fora da propriedade). Esta infraestrutura apresenta muito baixa densidade de pinho bravo, permitindo assim descontinuidade horizontal do coberto e a possibilidade de acesso a controlo de vegetação espontânea mecânica.

A FGC secundária, com o alinhamento N-S, corresponde à área de servidão do gasoduto, implicando esta característica administrativa uma regular limpeza de matos e sendo esta obrigatoriamente desarborizada. Nestas condições encontra-se também a FGC orientada no sentido NE-SO correspondente à servidão administrativa da rede eléctrica.

As restantes FGC resultam do enquadramento legal da A13 (servidão correspondente ao talude da infra-estrutura, cuja responsabilidade de gestão pertence à entidade concessionária) e da linha férrea (a transitabilidade dos caminhos adjacentes à mesma será sempre garantida, assumindo assim uma dupla função).



6. MODELO DE EXPLORAÇÃO

6.1. DESCRIÇÃO DAS PARCELAS DE ORDENAMENTO FLORESTAL

Sub-Parcela Florestal n.º	Solo	Profundidade (cm)	Afloramentos rochosos	Pedregosidade	Exposição	Altitude (m)	Declive (%)	Sub-bosque (Densidade)
1.1	Vt Vt Pag Ppt Ppt(p)	> 30	Nulos	Reduzida/Nula	SE /SW	50-75	0-5	Médio/Baixo desenvolvimento
1.2	Vt Vt Pag	> 30	Nulos	Reduzida/Nula	SE /SW	50-75	0-5	Médio/Baixo desenvolvimento

QUADRO 8: DESCRIÇÃO DAS PARCELAS

Vt – Litólicos, Não Húmicos, Pouco Insaturados Normais, de arenitos grosseiros

Vt (d) – Litólicos, Não Húmicos, Pouco Insaturados Normais, de arenitos grosseiros, fase delgada

Vt(e) – Litólicos, Não Húmicos, Pouco Insaturados Normais, de arenitos grosseiros, fase espessa

Vag - Solos Argiluvitados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Vermelhos ou Amarelos, de Materiais Não Calcários, Para- Solos Hidromórficos, de arenitos argilosos ou rochas afins (de textura arenosa a franco-arenosa)

Ppt – Solos Podzolizados - Podzóis, (Não Hidromórficos), Com Surraipa,, de ou sobre arenitos

Ppt (p) – Solos Podzolizados - Podzóis, (Não Hidromórficos), Com Surraipa, , de ou sobre arenitos, fase pedregosa

Pag - Solos Argiluvitados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Pardos, de Materiais Não Calcários, Para-Solos Hidromórficos, de arenitos ou conglomerados argilosos ou argilas (de textura arenosa ou franco-arenosa)

A carta de solo associada à carta ecológica (Albuquerque, 1954) permitiu elaborar a carta de aptidão florestal, recorrendo à metodologia de Ferreira, et al., 2001. Esta é calculada com base na carta ecológica e na interpretação da carta de solos relativamente às características - diagnóstico presentes em cada família representada e de acordo com a espécie florestal.

A análise da aptidão por espécie e a sobreposição com a ocupação atual revela que em toda a exploração existe boa aderência entre a espécie e a aptidão local (nas classes de referência e acima da referência) com exceção de algumas manchas ocupadas por pinheiro bravo onde existem limitações ao nível da drenagem interna onde a classe de aptidão é a mais baixa, situação esta que se verifica em apenas cerca de 9% da área total da exploração florestal.



7. DESCRIÇÃO DOS RECURSOS

Sub-Parcela Florestal	Área (ha)	Uso dominante	Composição	Regime/estrutura	Regeneração	Classe de idade	N.º / ha	DAP/CAP Médio (cm)	Altura dominante (m)	Vitalidade	Modelo de Silvicultura (PROF)
1.1	270,28	Pnm	Puro	Regular	Reduzida	50 – 60 anos	120	70-180	<15	Média/Boa	Pd 10
1.2	25,00	PnbxPnm	Misto	Irregular	Natural	9 – 10 anos	Compasso irregular	< 20	<10	Média	Pd 9

QUADRO 9: DESCRIÇÃO DOS RECURSOS

Nas parcelas 1.1 e 1.2, existem árvores adultas dispersas de sobreiro e núcleos de medronheiros, sendo que as mesmas foram arborizadas e/ou adensadas com sobreiro.

Normas aplicáveis ao modelo de silvicultura:

Sub-Parcela Florestal n.º	Área (ha)	Modelo de silvicultura	Função Principal	Normas aplicáveis (PROF AML)
1.1	270,28	Pd 10	Produção de fruto	Produção de frutos e sementes
1.2	25,00	Pd 9	Produção de material lenhoso	Produção de madeira; Produção de Biomassa para energia; Produção de Resina;

QUADRO 10: NORMAS PROF

8. OBJETIVOS GERAIS

Parcela 1.1: manutenção à perpetuidade de um povoamento puro regular de pinheiro manso com sobreiros dispersos, tendo como principal função a produção de fruto (pinhão). Promovendo o adensamento com pinheiro manso de algumas clareiras que naturalmente irão surgindo.

Parcela 1.2: manutenção de um povoamento misto irregular de pinheiro bravo e manso tendo como principal função a produção de material lenhoso, de fruto (pinhão), de biomassa para energia e de resina. Promovendo o adensamento com pinheiro manso de algumas clareiras que naturalmente irão surgindo.



9. ADEQUAÇÃO AO PROF

No PROF da Área Metropolitana de Lisboa os objetivos estratégicos e específicos transversais para os quais a gestão florestal praticada na Herdade das Sesmarias, são:

- Promover o aumento dos espaços florestais arborizados;
- Promover a Gestão Florestal Sustentável;
- Promover o aumento da área de espaços florestais sujeitos a gestão florestal profissional;
- Promover uma prevenção eficaz dos incêndios florestais;
- Promover a adoção de modelos de silvicultura com vista a maior valorização dos espaços florestais;
- Controlo e erradicação dos problemas fitossanitários;

Ao nível das metas definidas para a Área Metropolitana de Lisboa, as opções de intervenção dos últimos anos, permitiram:

Metas AML	Sub-região Charneca S/N	Descrição
Aumentar os espaços florestais sujeitos a PGF	S	Elaboração do PGF em 2014
Aumentar a área ocupada com pinheiro manso	N	-
Aproveitamento da regeneração natural	N	-
Aumentar a área ocupada com sobreiro	N	-
Diminuir a área ocupada com pinheiro bravo e eucalipto	S	Eliminação de eucaliptos que aparecem esporadicamente por RN

QUADRO 11: OBJETIVOS E METAS PROF AML



Na sub-região homogénea da Charneca contribui-se para os seguintes objetivos:

- Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes na sua função produtiva;
- Diminuição do nº de incêndios e da área ardida;
- Minimizar os efeitos de pragas e doenças;

Contribuição para as metas PROF	Vigência do PGF	
	Ano início	Ano final
% De espaços florestais	100%	100%
% De arborização	0	0
% De composição florestal		
Pinheiro bravo x Pinheiro manso	8%	8%
Pinheiro manso	89%	89%
Sobreiro	2%	2%
Medronheiro	1%	1%

QUADRO 12: ADEQUAÇÃO AO PROF

10. PLANO GERAL DE EXPLORAÇÃO

10.1. Aproveitamento de Recursos Não Lenhosos

10.1.1. Extração de Cortiça (Sub parcela 1.1)

A extração da cortiça é efetuada maioritariamente a pau batido:

Anos de Extração	Sub-Parcela n.º	Área (ha)	Modo de extração	Idade do povoamento
2006	1.1 e 1.2	5 a 6	Pau batido	40 a 50 anos
2015	1.1 e 1.2	5 a 6	Pau batido	50 a 60 anos

QUADRO 13: EXTRAÇÃO DE CORTIÇA

Como já foi expresso na "Caracterização do coberto florestal e recursos associados", a ocorrência do sobreiro, não é significativa e é dispersa, não sendo assim a cortiça a objecto central da gestão florestal desta propriedade. Os exemplares existentes são provenientes do aproveitamento de regeneração natural, cuja condução cultural permitiu em 2006 uma venda em concurso público de material não lenhoso, correspondendo a **250 @ de cortiça**.



Sobreiro	Nº de exemplares (estimado)	Gestão
Reg. Natural (< 1,5 metros h)	750	Poda de Formação
Descortiçamento 2006	430	250 @
TOTAL	1180	

QUADRO 14: SOBREIRO – INDICAÇÃO DE INVENTÁRIO

10.1.2. Pinhas

O pinhal manso constitui atualmente a espécie florestal mais interessante desta exploração, assumindo um papel preponderante na economia da mesma sendo que normalmente ocorre a colheita anual da pinha madura, caso a produção justifique a existência de uma oferta pública.

O pinhal manso existente representa a principal ocupação da exploração, sendo a receita obtida com a venda das pinhas, a principal fonte de receita da propriedade. Tendo em atenção que a pinha é vendida na árvore, existe alguma dificuldade na obtenção de dados fiáveis de produção, sendo que os dados provenientes dos dois últimos concursos públicos realizados, são em 2011 (14 Toneladas) e em 2013 (70 Toneladas).

O processo de venda através de hasta pública/concurso público, deverá decorrer em Agosto/Setembro de cada ano e sempre que se justifique, de modo a que, antecipadamente à época legal de colheita (Dezembro) se garanta uma eficaz capacidade de evitar furtos, assegurando também capacidade excepcional de defesa de fogos florestais.

Pinheiro Manso	Nº de exemplares (estimado)	Gestão
Reg. Natural (< 1,5 metros h)	500	Desramação
Árvores em produção 2013	37000	70 Ton
TOTAL	37500	

QUADRO 15: PINHEIRO MANSO – INDICAÇÃO DE INVENTÁRIO



Apesar do valor obtido em hasta pública no ano de 2013 ser de 70 Ton, considera-se que o mesmo está abaixo das 250 Ton estimadas para a produção média da propriedade. No entanto esta produção média estimada, reporta-se a anos em que a produção seja considerada muito boa, o que em 2013 não foi o caso, uma vez que existem grandes flutuações anuais, dependendo dos “anos de safra e contra-safra” característicos desta espécie e da influência dos fatores climáticos na quantidade de pinha produzida pelas árvores (espécie silvestre que não obedece a estimativas de produção precisas).

10.2. Produção Lenhosa (Sub parcela 1.2)

De acordo com as características que a propriedade apresenta, a produção lenhosa poderá estar limitada à parte NE da propriedade (parcela 1.2), sendo que a principal produção lenhosa é destinada à produção de pasta de papel de potenciais povoamentos de pinheiro bravo conduzidos em regime de alto fuste.

Sub-Parcela n.º	Área (ha)	Ano de Instalação	Modo de exploração	Idade do povoamento	Ano de exploração
1.2	25,00	Reg Natural	Alto Fuste	8 anos	2040/2045

QUADRO 16: PRODUÇÃO LENHOSA

De modo complementar poderá ocorrer pontualmente, produção lenhosa decorrente de abates fitossanitários (atestado por entidades competentes) de sobreiros e de pinheiros bravos dispersos.

10.3. Outros Recursos Associados

10.3.1. Componente Cinegética, Aquícola e Apícola

Na Herdade das Sesmarias é explorada a atividade cinegética, porém a gestão da mesma não é da responsabilidade do proprietário, mas sim da Associação de Caçadores e Pescadores do Montijo cujo Plano de Ordenamento e Exploração Cinegético (POEC) se encontra entregue no Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, pelo que não se inclui no âmbito deste PGF.

Uma vez que o estrato arbustivo não se encontra muito desenvolvido, a herdade não tem particular potencial melífero, estando este restringido às áreas de medronheiro.



10.3.2. Componente Recreio e Lazer

Isoladamente a exploração apresenta potencialidades para o Recreio e Lazer, devido à localização e à existência de boas infraestruturas de apoio.

10.4. Programa de Infraestruturas

As infraestruturas existentes são suficientes para a dimensão da exploração, não estando prevista a construção de novas infraestruturas.

As ações a realizar no curto e no médio prazo são de beneficiação ou manutenção das infraestruturas existentes, nomeadamente:

- Manutenção dos caminhos, através da regularização da plataforma transitável, bem como abertura e manutenção de valetas, onde seja necessária a existência das mesmas devido às características orográficas do terreno, com recurso a maquinaria específica para este efeito.

10.5. Programa de Operações Silvícolas

As operações silvícolas mínimas na Herdade das Sesmarias são:

- Manutenção trienal dos caminhos florestais transitáveis;
- Adensamentos pontuais com pinheiro manso em algumas áreas em que as clareiras são mais acentuadas;
- Abate sanitário de resinosas que apresentem sintomas do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (confirmado por entidades competentes);
- Abate sanitário de sobreiros secos (confirmado por entidades competentes);
- Manutenção do povoamento de pinheiro manso em produtividade;
- Aproveitamento da regeneração natural, nomeadamente a de pinheiro bravo existente na parte mais a NE da propriedade, não descurando o aproveitamento da regeneração natural de outras espécies florestais na restante área, desde que não inviabilizem a estrutura de acesso e recolha de pinhas;
- Manter limpa de vegetação herbácea e arbustiva a propriedade, respeitando as diretivas do projeto Terra Prima em vigor;
- Aproveitamento e incremento dos exemplares de medronheiro existentes;



11. CALENDARIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Intervenção	Sub-Parcela Florestal	Área (ha)	Espécie	1º Quinquénio					2º Quinquénio	3º Quinquénio	4º Quinquénio
				2014	2015	2016	2017	2018			
Aproveitamento da regeneração natural	1.1 e 1.2	295,28	Pnm, Sb, Pnb e Md	X		X		X	X	X	X
Controlo da vegetação espontânea	1.1 e 1.2	295,28	Pnm, Sb, Pnb e Md	X			X		X		X
Restauração da fertilidade	1.1 e 1.2	295,28	Pnm, Sb, Pnb e Md	X		X		X		X	
Desramação	1.1 e 1.2	50,00	Pnm e Pnb	X		X		X		X	
Podas de formação (sobreiros virgens)	1.1 e 1.2	2,00	Sb	X		X		X	X	X	X
Controlo de densidades excessivas	1.1 e 1.2	30,00		X				X			X
Processamento de resíduos	1.1 e 1.2	295,28	Pnm, Sb, Pnb e Md	X		X		X		X	
Descortiçamento	1.1 e 1.2	5,50	Sb		X					X	
Colheita de pinha	1.1 e 1.2	250,00	Pnm	X	X	X	X	X	X	X	X
Desbóia (sobreiros com PAP ≥ 70 cm)	1.1 e 1.2	1,0	Sb		X					X	
Adensamento	1.1 e 1.2	6,00	Pnm	X				X		X	
Abate fitossanitário	Geral		Todas	X		X		X		X	
Infraestruturas: Manutenção da rede viária Abertura de FGC (Edificações – rede viária)	Todas			X		X		X	X	X	X

QUADRO 17: CALENDARIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Nota: A ocorrência de árvores secas, quedas e alteração posicional na sequência de causas naturais, ou ainda a evidência de problemas fitossanitários, condicionantes do normal desenvolvimento vegetativo, têm obrigatoriamente de merecer Auto de Confirmação da DRAPLVT e/ou da Autoridade Florestal Nacional (ICNF, IP), para que ocorra o respetivo abate ou remoção.

Deverá ser da responsabilidade da DRAPLVT o desencadeamento do procedimento de alienação do material lenhoso em causa, nas circunstâncias específicas expressas anteriormente, cuja receita reverte para esta entidade.

ANEXO I

GLOSSÁRIO DE OPERAÇÕES SILVÍCOLAS

SOBREIROS

Podas de Formação: Realização manual de podas de formação nos sobreiros jovens por forma a dar à árvore uma configuração que favoreça a produção suberícola promovendo um maior equilíbrio entre a parte aérea e a parte radicular. Esta operação pretende a obtenção de um tronco livre de ramos até uma altura de 3 metros, com 2 ou 3 pernadas (ou braças) livres de ramos num comprimento de 1.2 a 1.5 m, e deve ser executada de modo progressivo.

À semelhança das restantes espécies, as podas de formação iniciais devem apenas incidir no terço inferior da copa, por forma a não debilitar as árvores jovens, podendo esta proporção ser ligeiramente aumentada no caso das podas de formação após a extração da secundeira, com o objetivo de limpar ramos das pernadas e braças onde se prevê que chegue a altura máxima de descortiçamento.

Abate sanitário: Abate de sobreiros decrépitos ou com feridas extensas, ou que apresentem sinais de pragas que acarretem a morte das árvores. Neste último caso, o material lenhoso deverá ser queimado no local, de forma a destruir a praga e reduzir a contaminação a outras árvores.

PINHEIROS MANSOS

Desramações: Nos pinhais mansos com altura média de 1.5 – 2.0 m, deverá ser efetuada a 1ª desramação do terço inferior das árvores, e esta deverá apenas ocorrer nas árvores que apresentem potencialidades para permanecerem no povoamento futuro. Esta operação irá ainda decorrer ao 12º e 20º ano, intervindo-se apenas no terço inferior da árvore. As desramações têm por objetivo melhorar a qualidade da madeira, uma vez que minimiza a ocorrência de nós, os quais são um fator de desvalorização desta e também favorecem a produção de fruto, pela formação de uma copa volumosa.

Enxertia: Realização de um enxerto com uma parte de planta (garfo), proveniente dum pinheiro manso que se sabe ser bom produtor de pinha (ou idealmente utilizando garfos recolhidos em povoamentos inscritos no Catálogo Nacional de Materiais de Base), num pinheiro manso jovem (porta enxerto ou cavalo), com o objetivo de aumentar e antecipar a produção de pinhas. Recomenda-se a enxertia de fenda cheia terminal.

Desbastes: Dada a elevada densidade inicial do povoamento, rapidamente as árvores entrarão em competição entre si, o que acontece com maior vigor quando as copas começam a tocar-se. Nesta altura é necessário aumentar o espaçamento entre as árvores para que as copas se possam desenvolver. A operação a que se recorre é o desbaste, no qual se eliminam as árvores mortas, com sinais de doenças, crescimentos reduzidos ou com más conformações (vários troncos, desenvolvimento desequilibrado da copa), privilegiando assim as árvores com maiores potencialidades (tronco único, copas volumosas e equilibradas). Pontualmente também se podem retirar árvores sãs, de forma a diminuir a densidade e competição do povoamento, criando as condições necessárias para se obter bom desenvolvimento nas árvores que permanecem no terreno.



O primeiro desbaste deverá ser realizado na mesma fase do povoamento em que é efetuada a 1ª desramação (6 – 8 anos), mas de maneira a que esta última só seja realizada nas árvores que vão ficar no povoamento. Um segundo desbaste deverá ser efetuado entre os 12 e os 15 anos, e o último entre os 20 e os 25 anos, para que se atinja progressivamente a densidade final dos povoamentos puros de pinheiro manso (200 – 250 árvores/ ha). Resinagem: Extração de resina na árvore, operação esta que permite um rendimento extra do setor florestal. Neste caso, aconselha-se apenas a resinagem à morte, uma vez que os seus efeitos sobre a degradação da qualidade da madeira e sobre o estado vegetativo das árvores são menores.

Colheita anual: a produção de pinhas caracteriza-se em Portugal por apresentar ciclos de produção de quatro anos (um ano bom, um ano mau e dois médios) no caso de pinhais não enxertados. A colheita das pinhas pode ser realizada mecânica ou manualmente, e estas podem ser vendidas na árvore ou após a sua apanha - neste último caso a colheita decorre por conta do proprietário, mas permite uma quantificação mais fiável da utilizada na venda na árvore, em que a estimativa da quantidade de pinhas é feita "a olho", e portanto sem grande rigor.

PINHEIROS BRAVOS

Limpezas do povoamento / Cortes de Desafogo: operação na qual se eliminam as árvores jovens que estão a concorrer com outras com maiores potencialidades de desenvolvimento, e que geralmente é necessária nas fases mais jovens dos povoamentos obtidos por regeneração natural, nos quais obtemos bosquetes excessivamente densos de pinhal bravo (0 – 5 anos).

Desramações: Nos pinheiros bravos com altura aproximada de 6 m, deverá ser efetuada a 1ª desramação do terço inferior das árvores. Entre os 10 e os 20 anos do povoamento, quando as árvores deverão ter uma altura média de 10 m, deverá executar-se uma 2ª desramação no terço inferior dos pinheiros. Esta operação é particularmente importante uma vez que se destina a minimizar a ocorrência de nós na madeira, os quais são um fator de desvalorização desta. A opção de desramar ou não os pinheiros, depende do custo de efetuar esta operação e da possível valorização do material lenhoso isento de nós.

Resinagem: Extração de resina na árvore, operação esta que permite um rendimento extra do setor florestal. Neste caso, aconselha-se apenas a resinagem à morte, uma vez que os seus efeitos sobre a degradação da qualidade da madeira e sobre o estado vegetativo das árvores são menores.

Abate sanitário: Abate de pinheiros secos (bravos ou mansos), ou com sinais de pragas que impliquem a morte das árvores (nomeadamente do nemátodo da madeira do pinheiro). Neste último caso os sobrantes de abate deverão ser queimados no local, uma vez que constituem locais preferenciais de dispersão do nemátodo.



ANEXO II

MODELOS DE SILVICULTURA

Pd 9 – Povoamento puro regular ou irregular de pinheiro bravo para produção de lenho.

Pd10 – Povoamento puro regular de pinheiro manso para produção de frutos e sementes.

Estes modelos estão disponíveis no Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROF AML) no caderno Normas e Modelos (*website* do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, IP www.icnf.pt).



NORMAS FLORESTAIS APLICÁVEIS

PRODUÇÃO DE MADEIRA

- Utilização de plantas e ou sementes certificadas na instalação dos povoamentos para as espécies, de acordo com a respetiva regulamentação relativa à comercialização de materiais florestais de reprodução.
- Deve ser ponderada a realização de cortes finais descontínuos, como por exemplo por faixas ou manchas, sempre que tal se observe como vantajoso numa ótica de exploração florestal.
- A realização de cortes finais deverá preferencialmente ocorrer até 50 hectares contínuos.
- Deverá existir um programa de manutenção de infraestruturas florestais de combate a incêndios, nomeadamente caminhos florestais e pontos de água.
- Deverão ser implementados sistemas de deteção precoce de pragas e doenças.

PRODUÇÃO DE CORTIÇA

- O planeamento da produção de cortiça tem de ter em conta a legislação em vigor de Proteção ao sobreiro, nomeadamente as alturas máximas de descortiçamento, perímetros mínimos de desboia, tipo de intervenções interditas, época de podas, etc.
- Deverá ser equacionado a rearborização com as plantas provenientes de regeneração natural em detrimento de plantas de viveiro.
- Utilização de plantas e ou sementes certificadas na instalação dos povoamentos para as espécies de acordo com a respetiva regulamentação.
- O descortiçamento deve ser executado na altura em que os sobreiros entrem em plena atividade vegetativa, normalmente entre Maio a Agosto, que está dependente dos fatores edafo-climáticos que ao influenciarem os fatores fisiológicos a cortiça pode dar ou não. A atividade extractiva deve ser suspensa sempre que, ao fazer-se a extração, se detete a presença de câmbio aderente à prancha de cortiça.
- Não efetuar descortiçamento dois anos antes ou depois de efetuadas podas.
- A extração da cortiça deve ser executado por pessoal qualificado e experiente, um
- Descortiçamento mal executado danificará a produção dessa árvore o resto da sua vida.
- Deverão ser respeitadas regras de limpeza de equipamentos entre descortiçamentos. As ferramentas de descortiçamento são desinfetadas, no mínimo, nos períodos de pausa e sempre que se descortice uma árvore com sintomas de doença, sendo que o ideal é desinfetar as ferramentas entre cada árvore descortçada.
- Deverão ser implementados sistemas de deteção precoce de pragas e doenças.
- Deverá existir um programa de manutenção de infraestruturas florestais de combate as incêndios, nomeadamente caminhos florestais e pontos de água
- Efetuar desmatações estritamente necessárias evitando as mobilizações do solo. De acordo a legislação nacional são interditas mobilizações do solo que afetem as raízes das árvores ou a regeneração natural.
- As ações de adensamento, a instalação de culturas de cobertura e controlo de infestantes nos montados de sobro e de azinho devem evitar a mobilização do solo na área de projecção da copa das árvores.
- O planeamento da poda dos sobreiros é uma operação cultural realizada na perspetiva da sobrevivência das árvores e do seu rendimento em cortiça. Existem três tipos de poda:
 - a) poda de formação, destinada a conduzir as árvores novas a uma forma conveniente para a extração de cortiça, retirar no máximo 1/3 do volume da copa;
 - b) poda de manutenção, destinada a desafogar a copa melhorando as condições de frutificação e a facilitar a obtenção de pranchas de cortiça, até 25% do volume da copa;
 - c) poda de rejuvenescimento, a aplicar a árvores a entrar em decrepitude ou caducidade por forma promover o equilíbrio da parte aérea com as raízes e a formação de novos ramos, limitada, em função do vigor da árvore, a 1/3 a metade do volume da copa.



PRODUÇÃO DE FRUTOS E SEMENTES

- A produção de semente certificada está regulamentada por legislação específica e tem de estar inscrito no Catálogo de Produtores.
- Os compassos de instalação de povoamentos para produção de fruto devem ser maiores ou então prever intensidades de desbaste maiores, de forma a permitirem um maior desenvolvimento da copa.
- Efetuar podas de frutificação, promovendo a abertura das copas através da remoção de ramos do interior da copa que favorecem a produção de ramos frutíferos, melhorando as condições de luz e ar.

SUPORTE À CAÇA E CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES CINEGÉTICAS

- As operações de limpeza de matos deverão ser realizadas preferencialmente por manchas ou faixas, privilegiando a manutenção de espécies arbustivas que poderão servir de alimento à fauna - nomeadamente medronheiro, lentisco, pereiro-bravo, pilriteiro.
- Devem ser privilegiadas técnicas naturais de controlo de pragas. A utilização de inseticidas e pesticidas deve ser cuidadosamente ponderada.
- As operações silvícolas devem ser executadas, sempre que possível, fora da época de nidificação das espécies cinegéticas autóctones e migratórias.
- Os cortes finais deverão ser efetuados por manchas ou faixas, de forma sequencial, maximizando o efeito de orla, devendo ser executados fora da época de nidificação das espécies cinegéticas (Março a Junho, e deverão ser mantidas algumas árvores que funcionam como local de descanso e fonte de alimento, até que o coberto florestal esteja novamente restabelecido).
- Planeamento da rede de pontos de água para abeberamento da fauna selvagem. As pequenas albufeiras têm a vantagem de permitirem uma gestão mais fácil e uma maior circulação dos patos, permitindo assim uma atividade cinegética mais fácil (melhor distribuição dos caçadores). As margens devem ter declives pouco acentuados de forma a permitirem o estabelecimento da vegetação. A profundidade máxima deve ser proporcional à dimensão da massa de água.
- O pisoteio e pastoreio dos locais de nidificação devem ser evitados (construção de cercas a 20-30 metros do plano de água).
- Manutenção de áreas tranquilas, de difícil acesso onde as aves possam descansar durante o dia, construir o ninho, se esconder na altura da muda, pois como não voam estão particularmente sensíveis a ataques de predadores, e assim, qualquer perturbação pode provocar movimentos dos patos, aumentando a sua exposição.
- A gestão do habitat deve ser manipulada de forma a fornecer à fauna as disponibilidades de alimento e de áreas favoráveis à reprodução, através de instalação de culturas e cobertos de reprodução.
- Podem ser instalados no espaço florestal "equipamentos específicos" como culturas para a caça, pastagens, comedouros, pontos de água, entre outros, com o objetivo de minimizar as alterações ao projeto florestal e/ou assegurar densidades das populações cinegéticas compatíveis com o rendimento que delas se pretende obter e com a produção lenhosa.



PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS CORREDORES ECOLÓGICOS

Conservação de Recursos Genéticos

- A implementação ou preservação de corredores ecológicos promove a conectividade através da criação de ligações que visam a transferência e trocas genéticas entre ecossistemas diferentes, para lhes garantir consistência e sustentabilidade.

Suporte à Pesca em Águas Interiores

- Devem preservar-se e manter-se galerias ripícolas, pois poderão servir de corredores ecológicos essenciais para o abrigo, alimentação e deslocação da fauna, sendo um elemento estruturante para a conservação da biodiversidade.



ANEXO III

CARTOGRAFIA

Mapa 1: Implantação em Carta Militar (escala 1:25.000)

Mapa 2: Implantação em Ortofotomapa (escala 1:10.000)

Mapa 3: Carta de Solos (escala 1:25.000)

Mapa 4: Carta de Características - Diagnóstico - Aptidão Florestal (escala 1:25.000)

Mapa 5: Carta de Uso do Solo (escala 1:25.000)

Mapa 5.1: Carta de Ocupação Florestal – Estratos Florestais (escala 1:25.000)

Mapa 5.2: Carta de Ordenamento da Exploração – Parcelas Intervenção (escala 1:25.000)

Mapa 5.3: Carta de Ordenamento da Exploração – Parcelas Intervenção (escala 1:25.000)

Mapa 5.4: Carta de Ordenamento da Exploração – Rede Divisional / Servidões (escala 1:10.000)

Mapa 5.5: Distribuição das Intervenções (2014)

Mapa 5.5: Distribuição das Intervenções (2015)

Mapa 5.5: Distribuição das Intervenções (2016)

Mapa 5.5: Distribuição das Intervenções (2017)

Mapa 5.5: Distribuição das Intervenções (2018)

Mapa 5.6: Faixa de Gestão Gasoduto e Linha de Alta Tensão

Mapa 6: Carta de Infraestruturas DFCI (escala 1:10.000)

Mapa 7: Carta de Condicionantes RAN e REN

Carta de Enquadramento no PMDFCI – Perigosidade de Incêndio Florestal (escala 1:15.000)

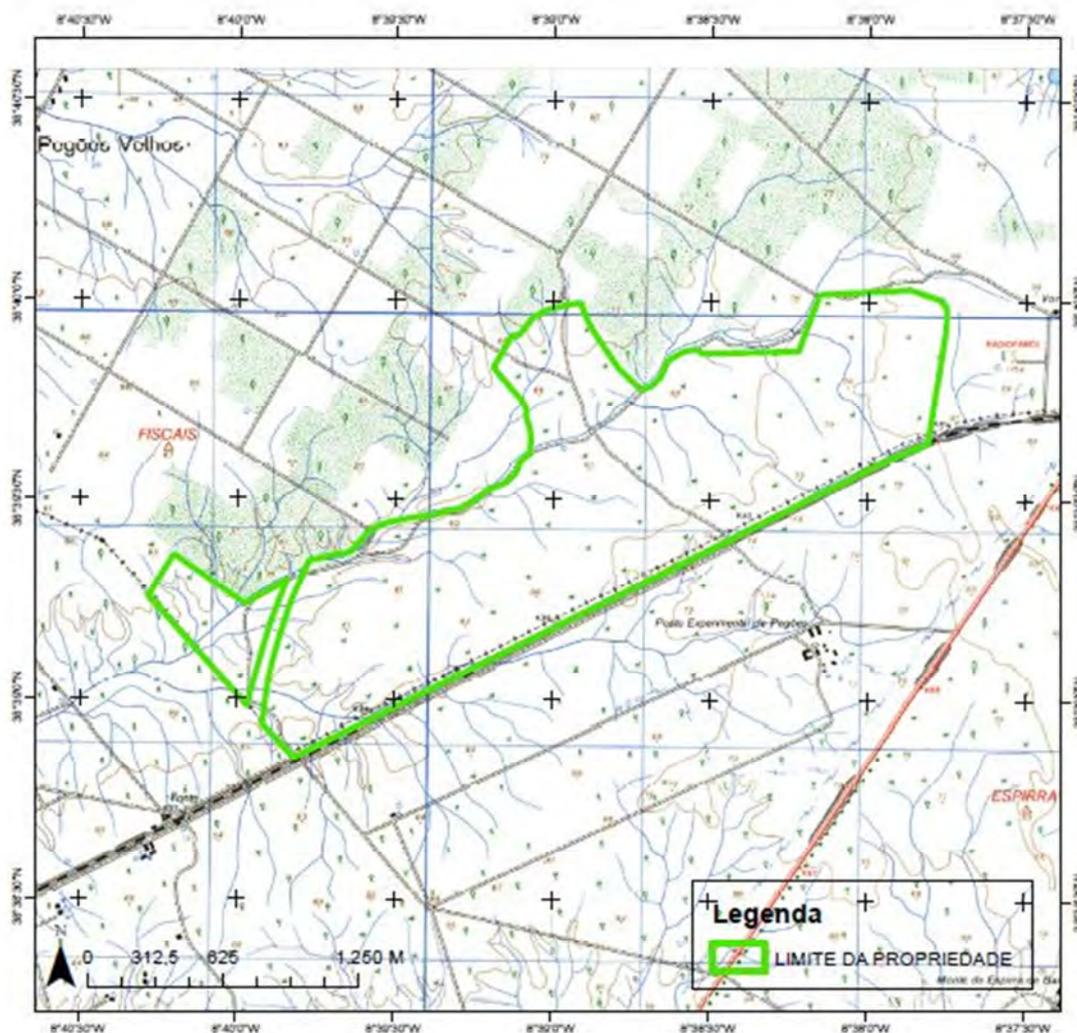
Carta de Enquadramento no PMDFCI – Risco de Incêndio Florestal (escala 1:15.000)

Carta de Enquadramento no PMDFCI – Carta de Gestão Combustível (escala 1:15.000)



Distrito: Setúbal
 Concelho: Montijo
 Freguesia: Canha

Herdade das Sesmarias



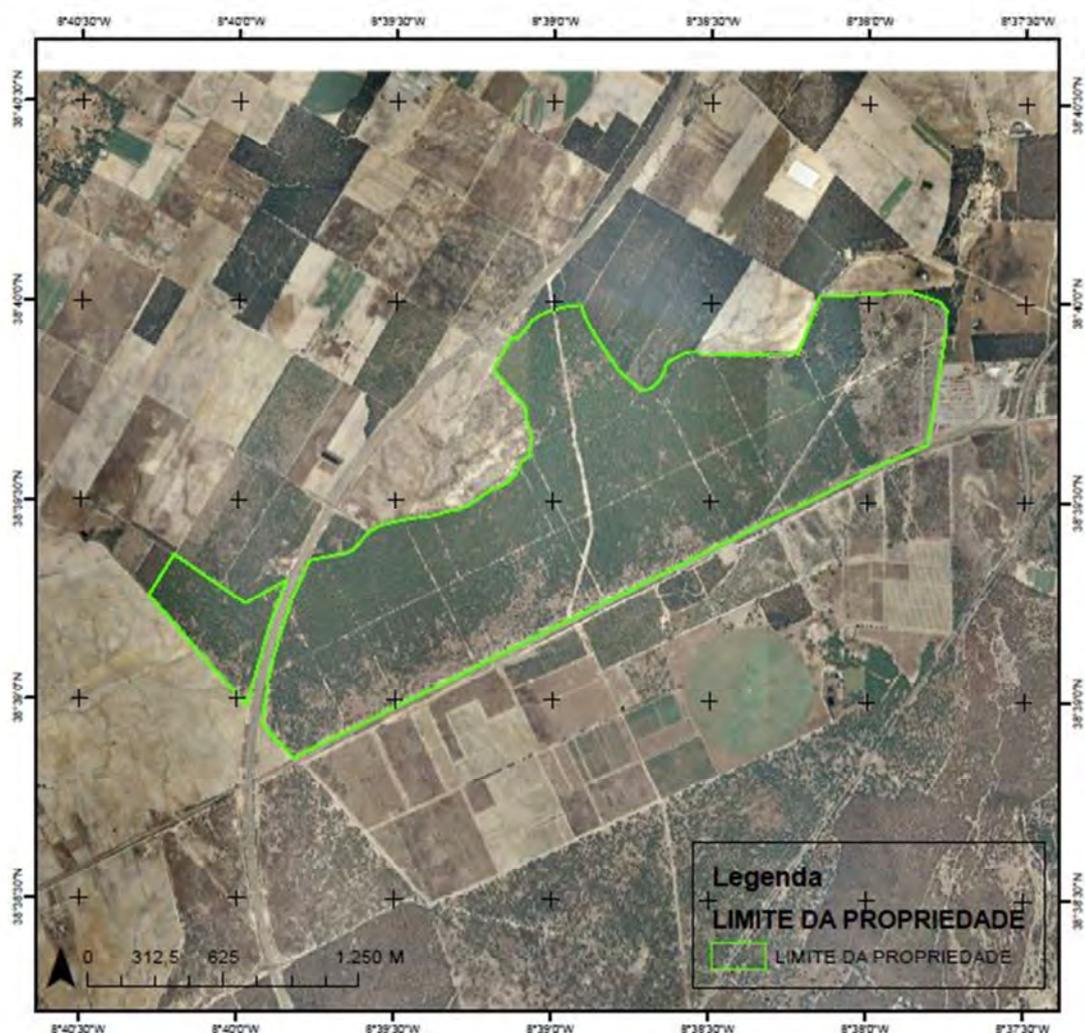
Sistema de Coordenadas:
 ETRS_1989_Portugal_TM06

Mapa nº 1
 Implantação em Carta Militar

Fonte:
 IgeoE - Instituto Geográfico do Exército
 (carta militar 445_2)

Distrito: Setúbal
 Concelho: Montijo
 Freguesia: Canha

Herdade das Sesmarias



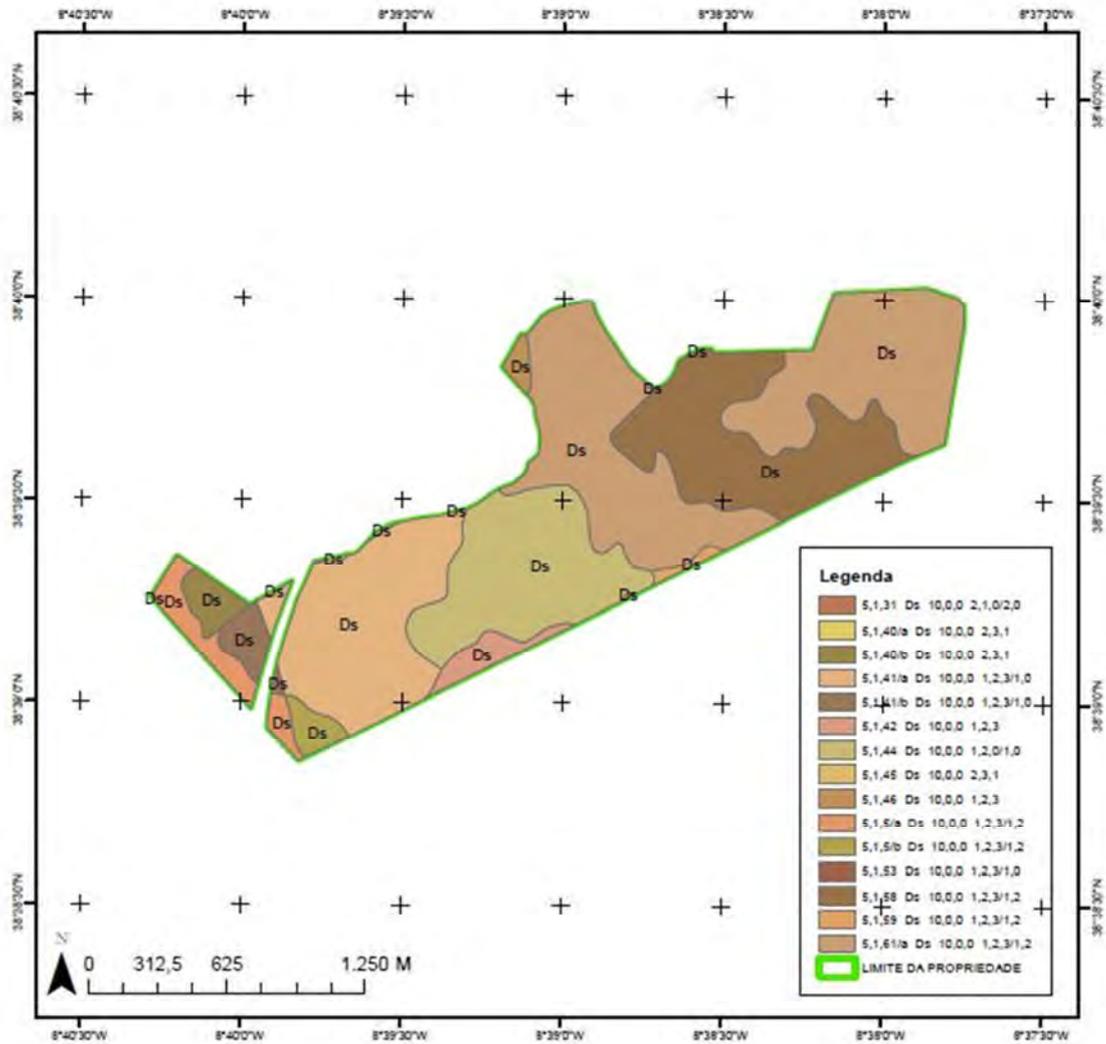
Sistema de Coordenadas:
 ETRS_1989_Portugal_TM06

Mapa nº 2
 Implantação em Ortofotomapa

Fonte:
 IGP - Instituto Geográfico Português
 (004451A; 004451B)

Distrito: Setúbal
 Concelho: Montijo
 Freguesia: Canha

Herdade das Sesmarias



Sistema de Coordenadas:
 ETRS_1989_Portugal_TM06

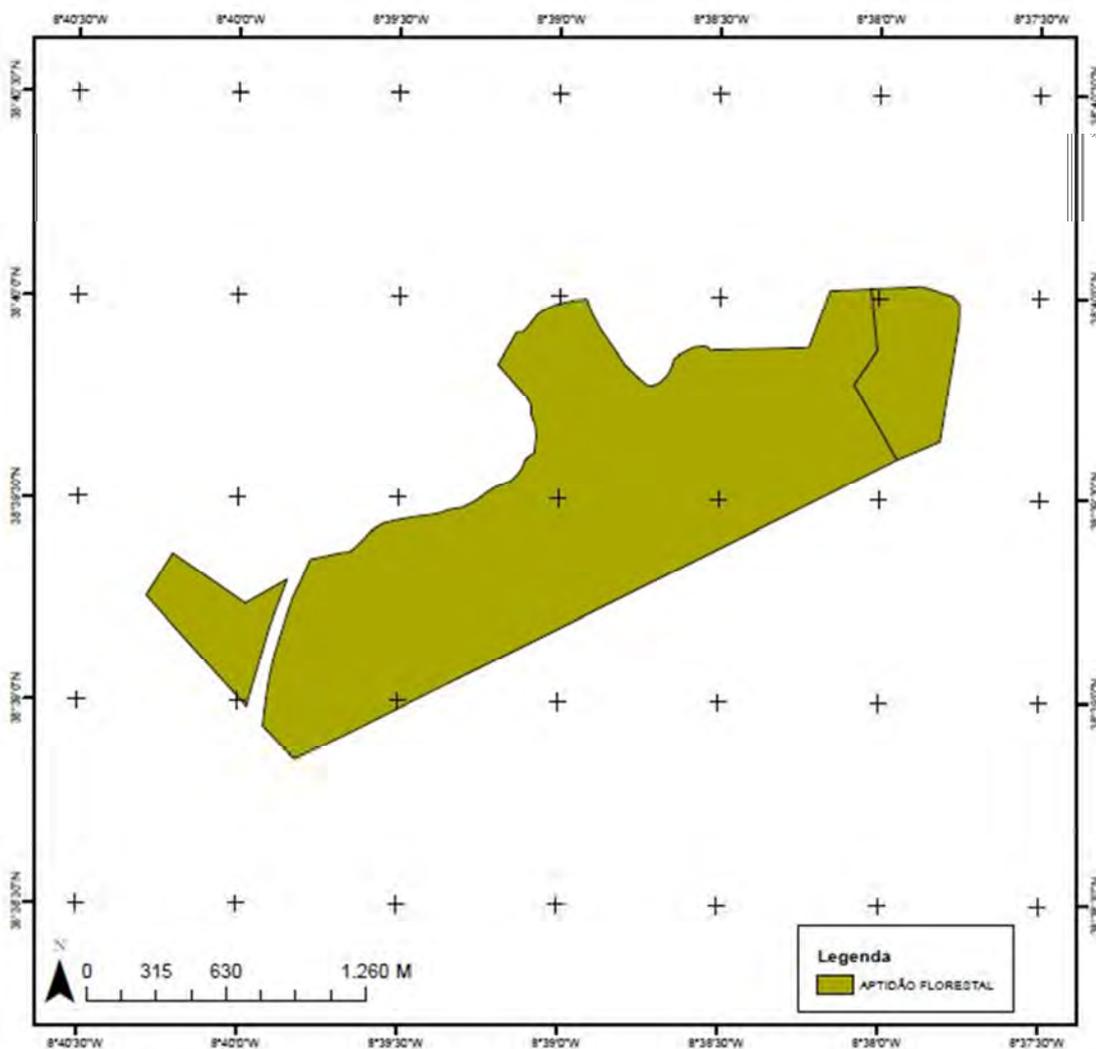
Mapa nº 3
 Carta de Solos

Fonte:
 DGADR



Distrito: Setúbal
Concelho: Montijo
Freguesia: Canha

Herdade das Sesmarias

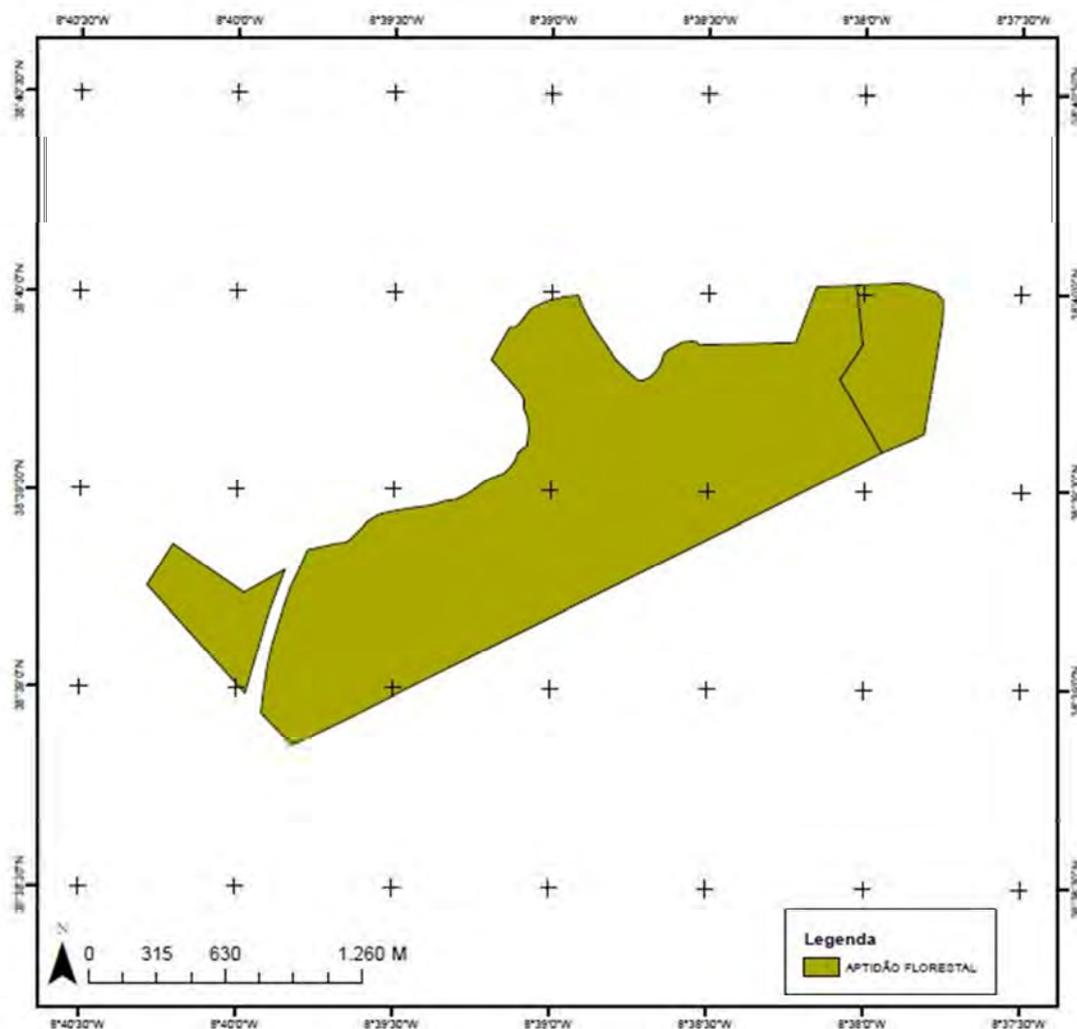


Sistema de Coordenadas:
ETRS_1989_Portugal_TM06

Mapa nº 4
Características-diagnóstico
-Aptidão Florestal -

Distrito: Setúbal
Concelho: Montijo
Freguesia: Canha

Herdade das Sesmarias

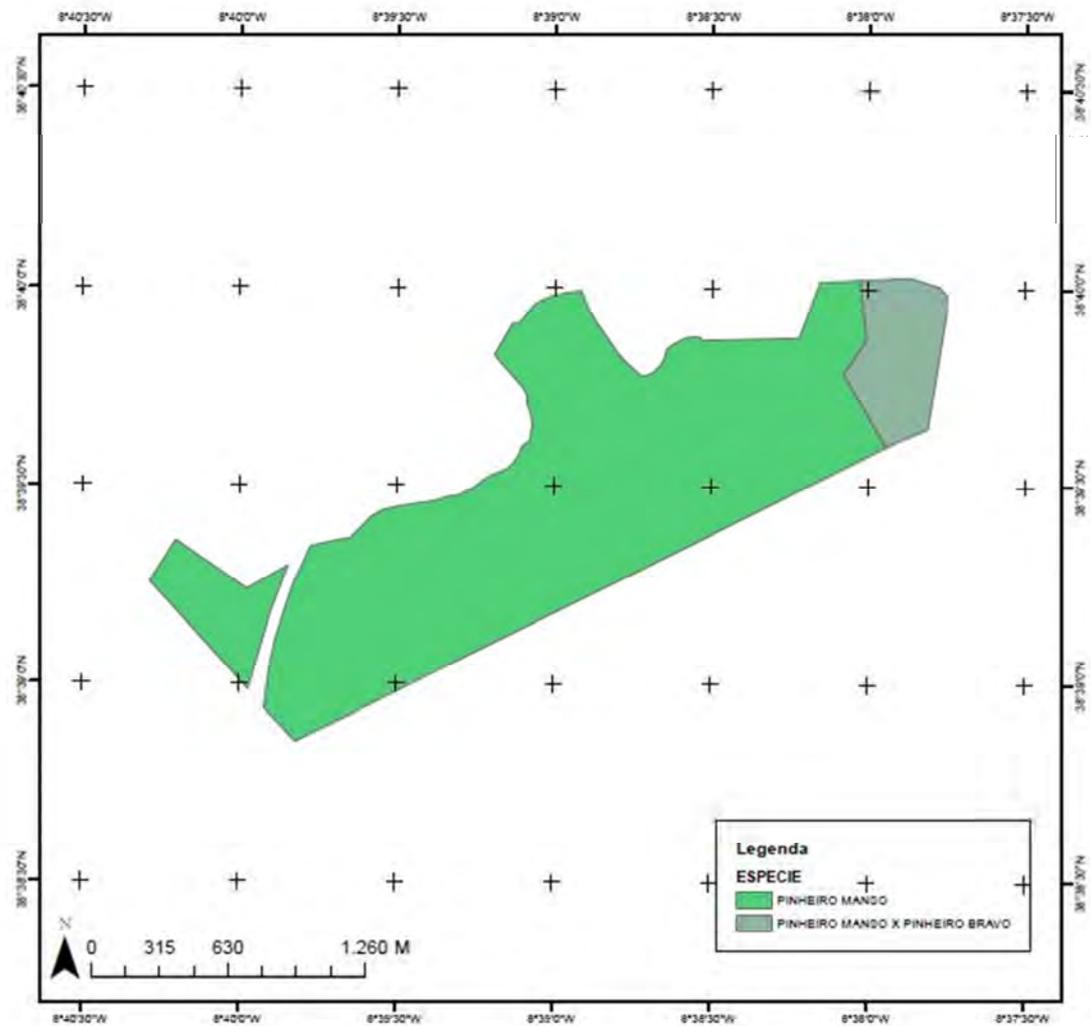


Sistema de Coordenadas:
ETRS_1989_Portugal_TM06

Mapa nº 5
Carta de Uso do solo

Distrito: Setúbal
 Concelho: Montijo
 Freguesia: Canha

Herdade das Sesmarias



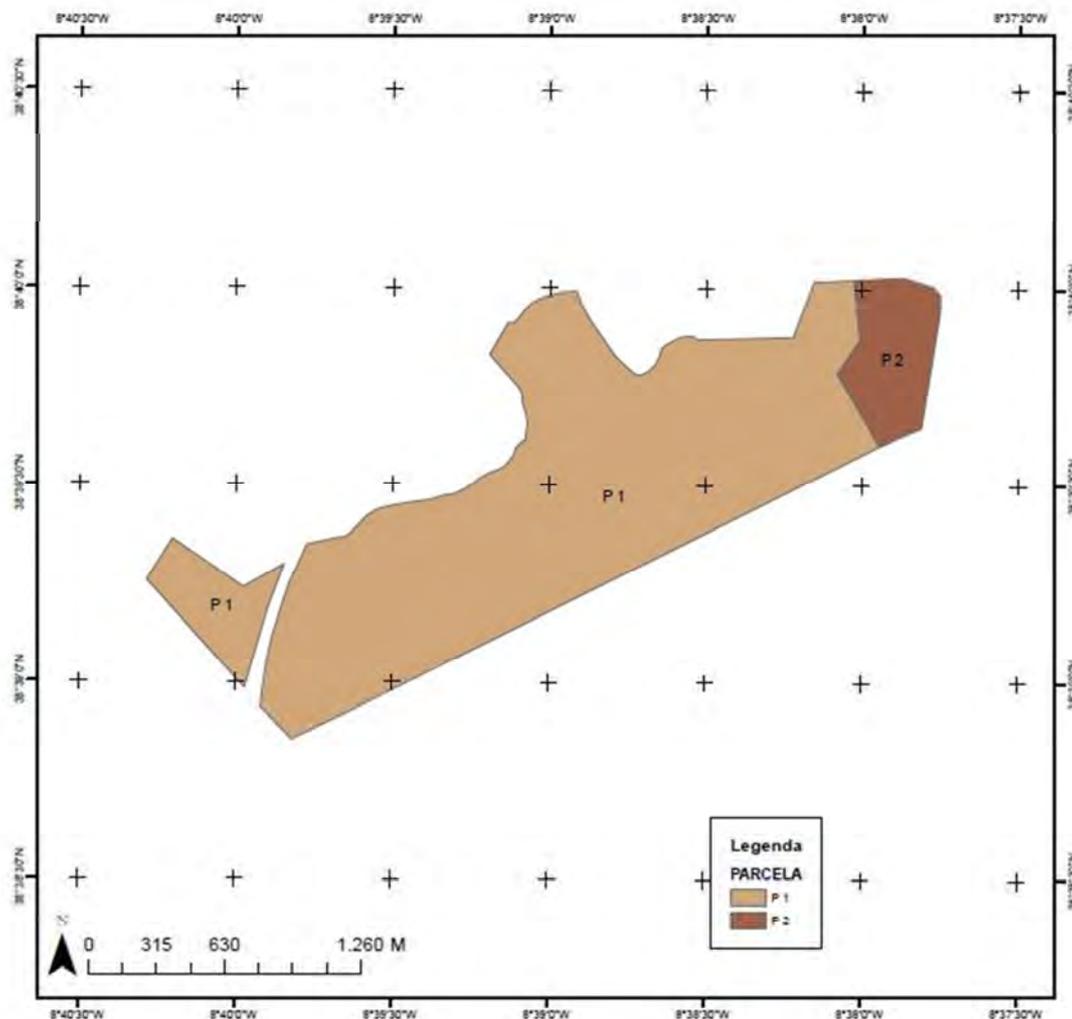
Sistema de Coordenadas:
 ETRS_1989_Portugal_TM06

Mapa nº 5.1
 Carta de ocupação florestal
 - Estratos florestais -



Distrito: Setúbal
 Concelho: Montijo
 Freguesia: Canha

Herdade das Sesmarias

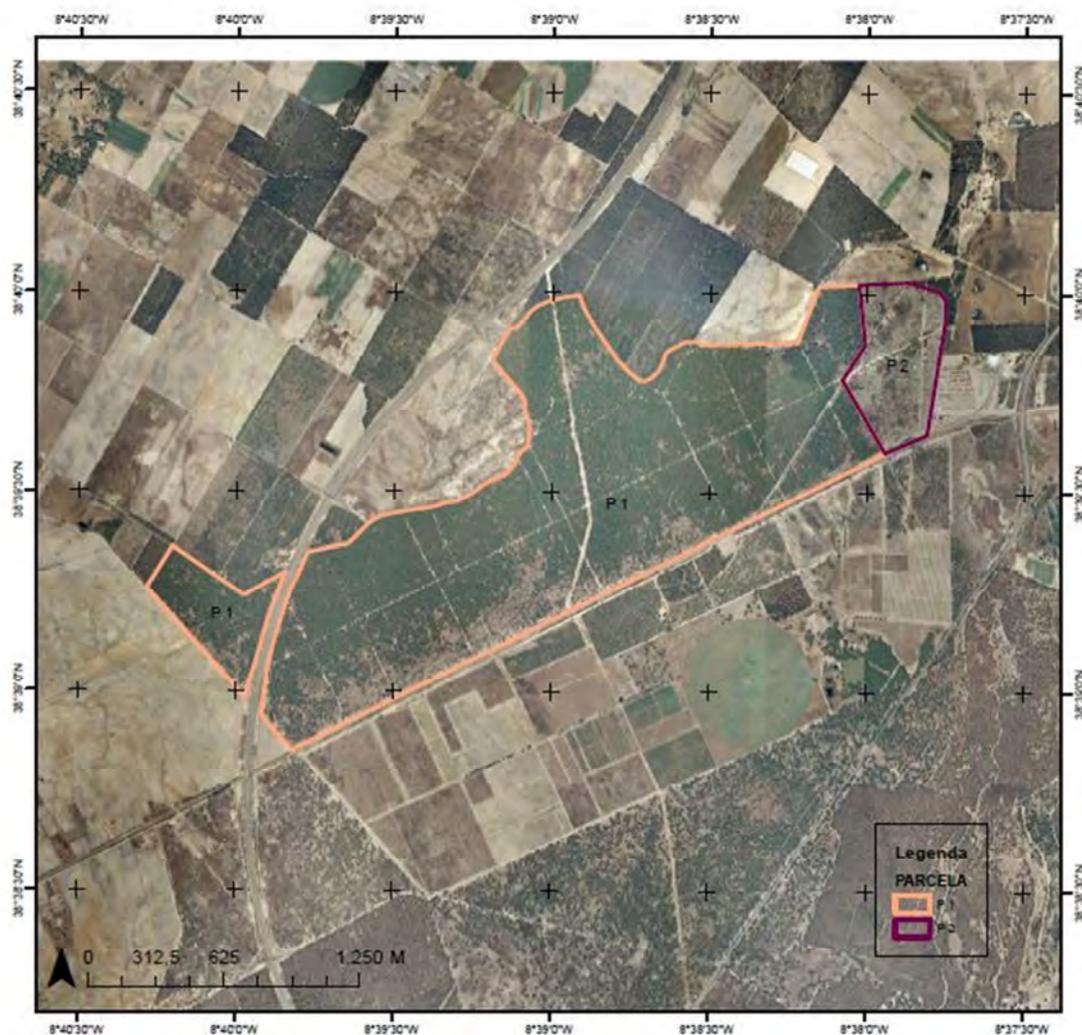


Sistema de Coordenadas:
 ETRS_1989_Portugal_TM06

Mapa nº 5.2
 Carta de ordenamento da exploração
 - Parcelas de intervenção -

Distrito: Setúbal
 Concelho: Montijo
 Freguesia: Canha

Herdade das Sesmarias



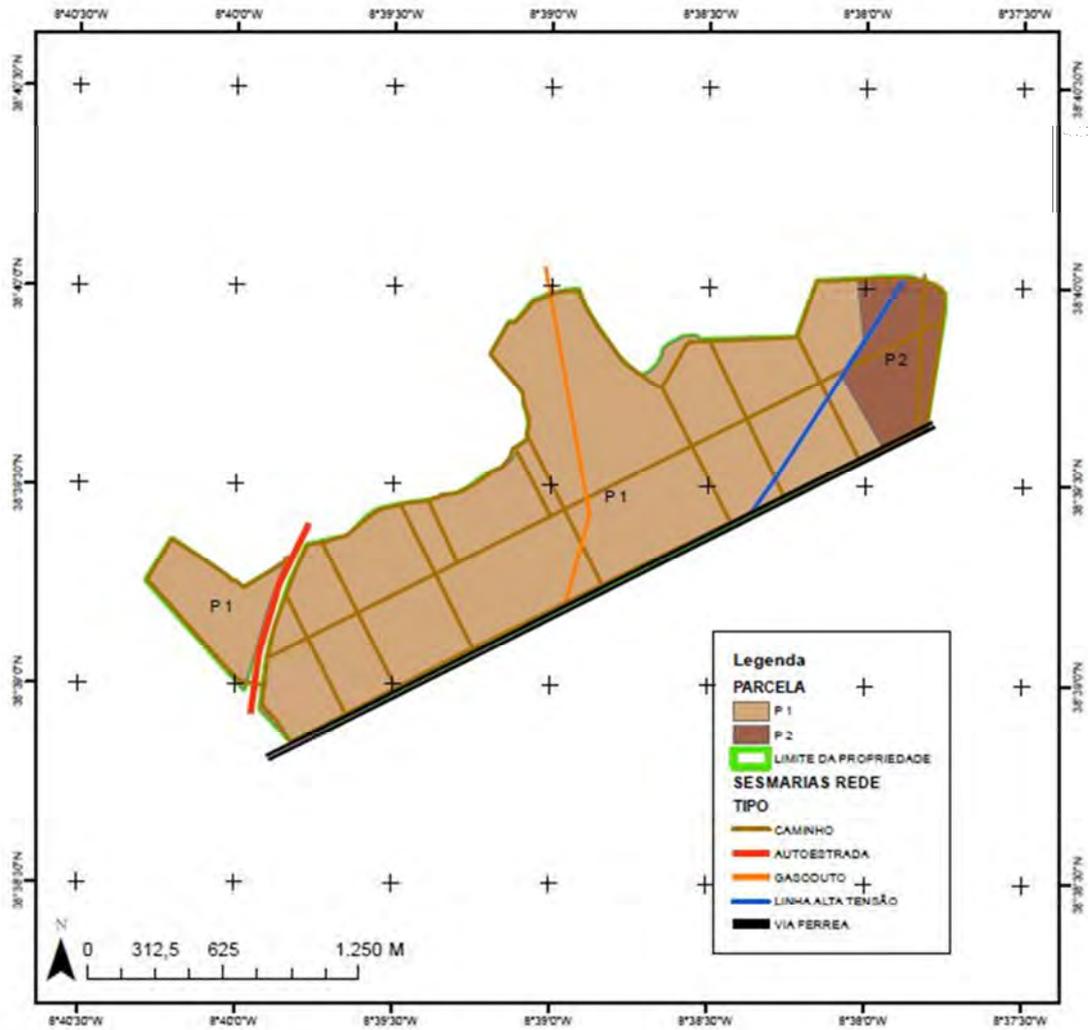
Sistema de Coordenadas:
 ETRS_1989_Portugal_TM06

Fonte:
 IGP - Instituto Geográfico Português
 (004451A; 004451B)

Mapa nº 5.3
 Carta de ordenamento da exploração
 - Parcelas de intervenção -
 (implantação sobre ortofotomapa)

Distrito: Setúbal
 Concelho: Montijo
 Freguesia: Canha

Herdade das Sesmarias

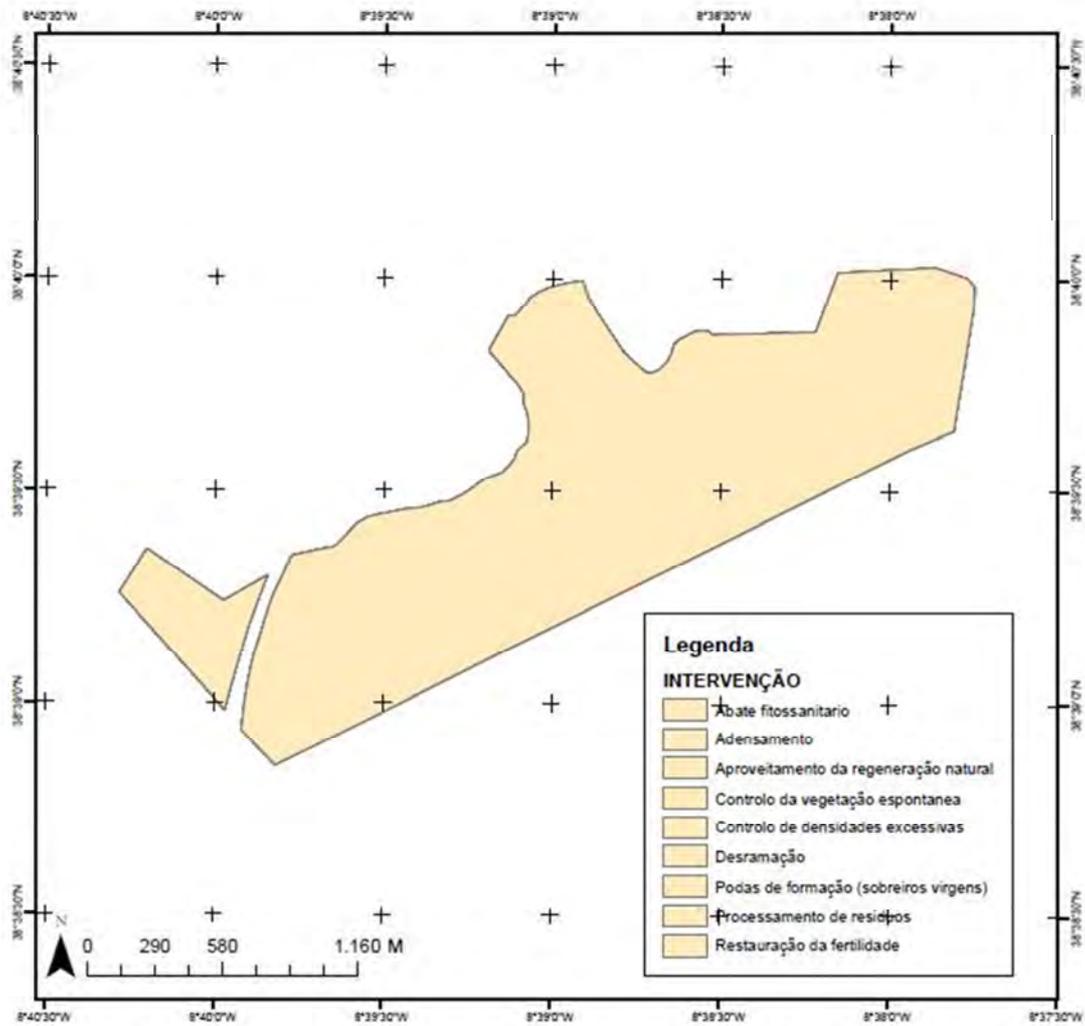


Sistema de Coordenadas:
 ETRS_1989_Portugal_TM06

Mapa nº 5.4
 Carta de ordenamento da exploração
 - Rede divisional/Servidões -

Distrito: Setúbal
 Concelho: Montijo
 Freguesia: Canha

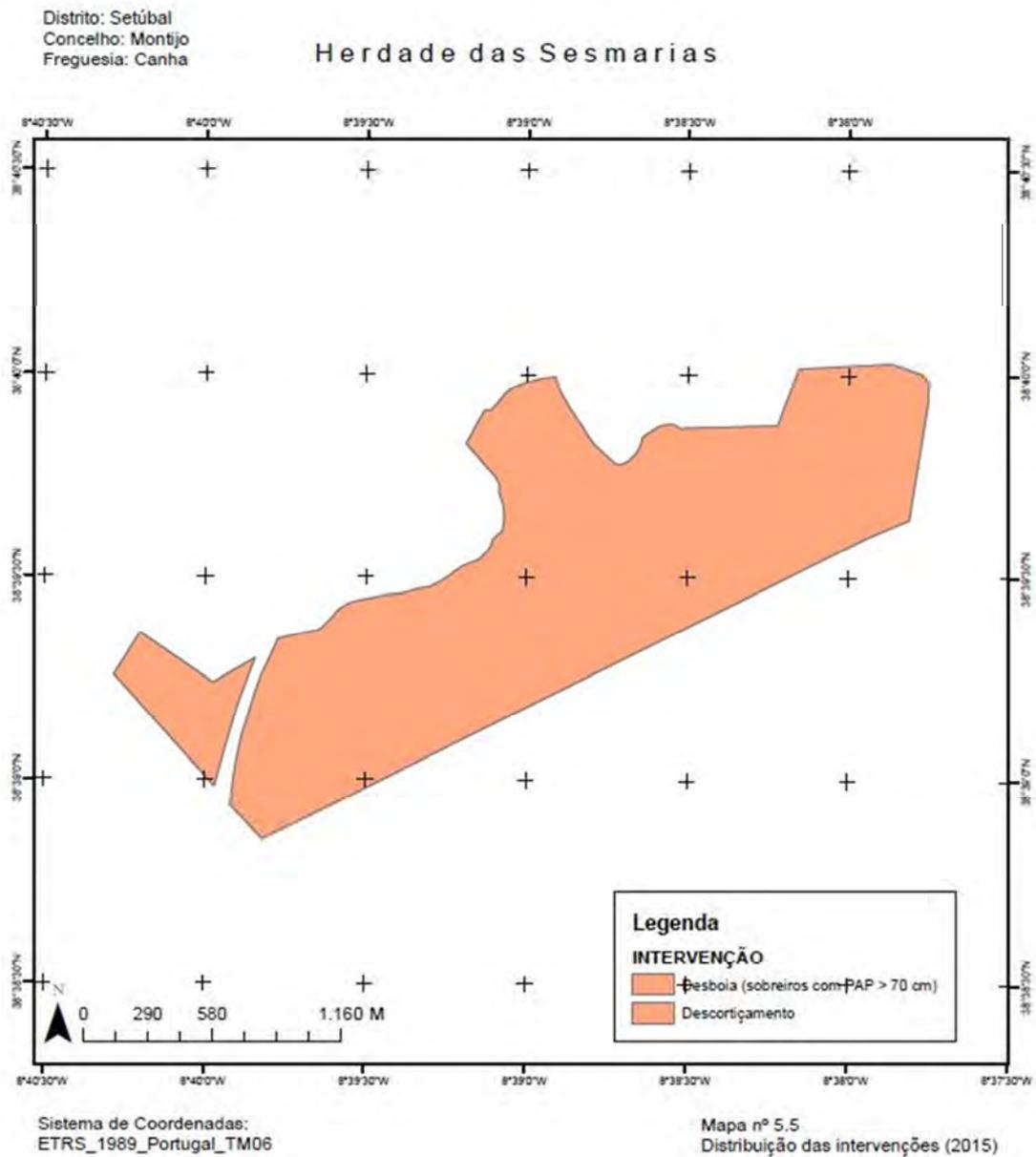
Herdade das Sesmarias

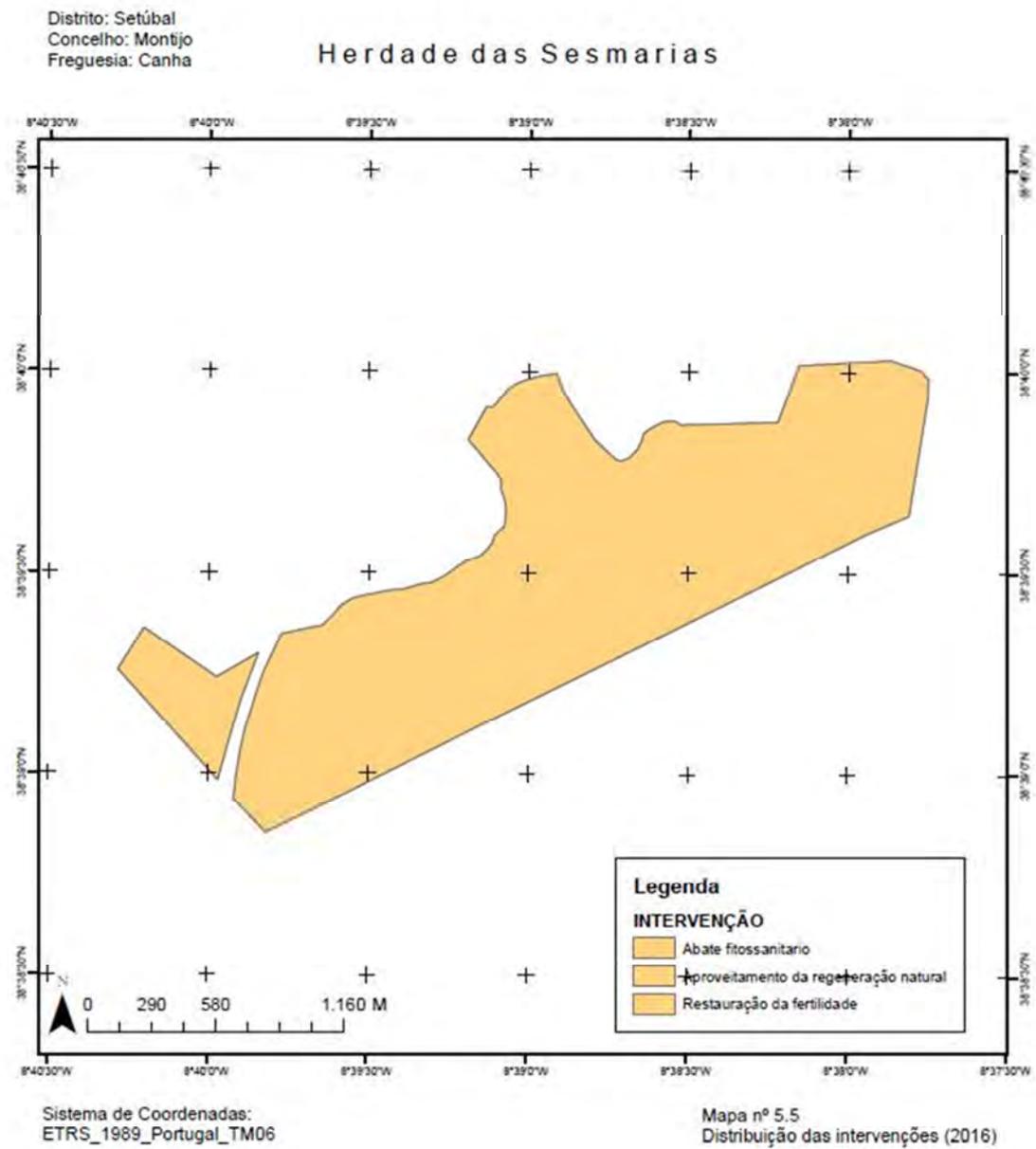


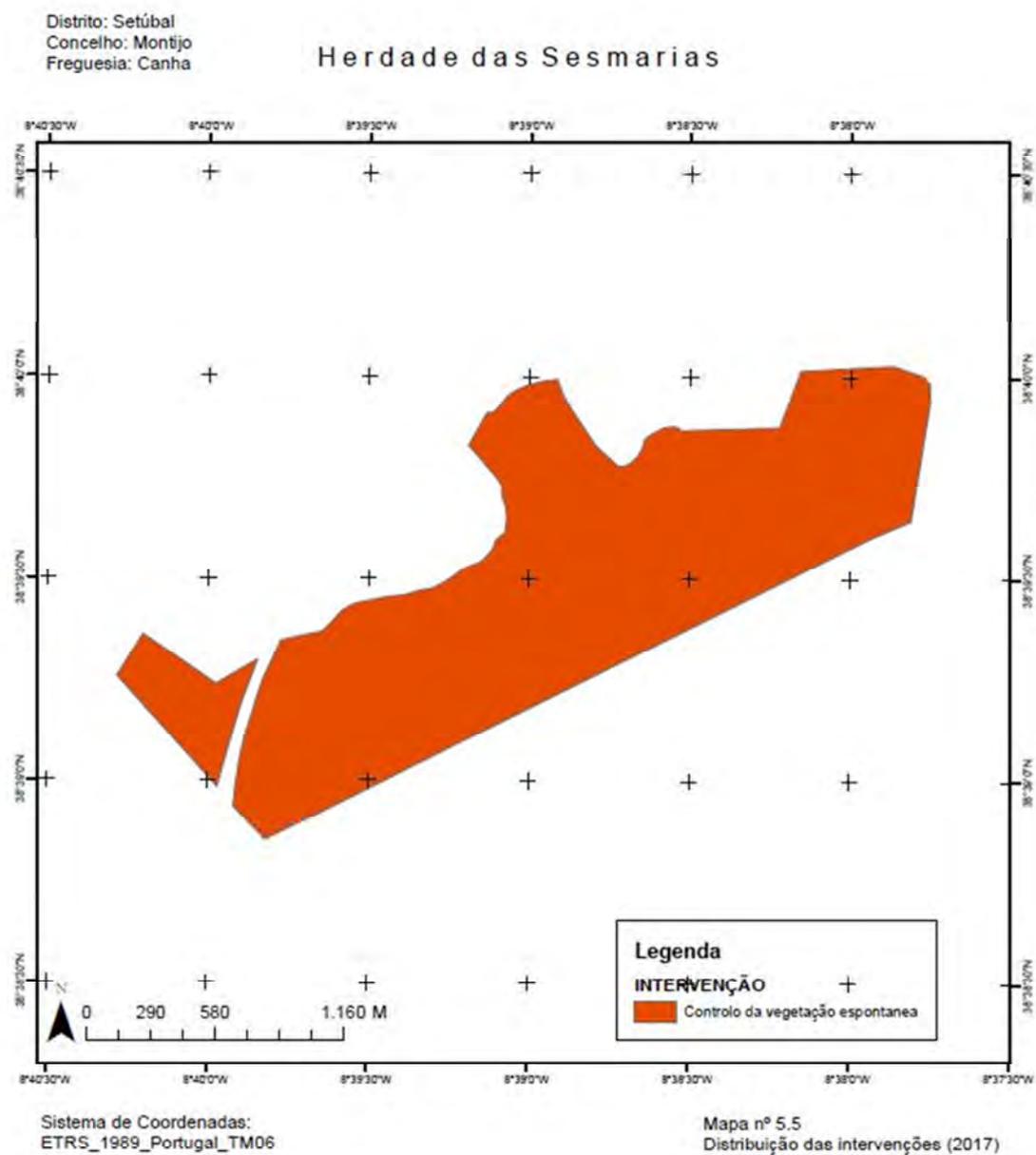
Sistema de Coordenadas:
 ETRS_1969_Portugal_TM06

Mapa nº 5.5
 Distribuição das intervenções (2014)



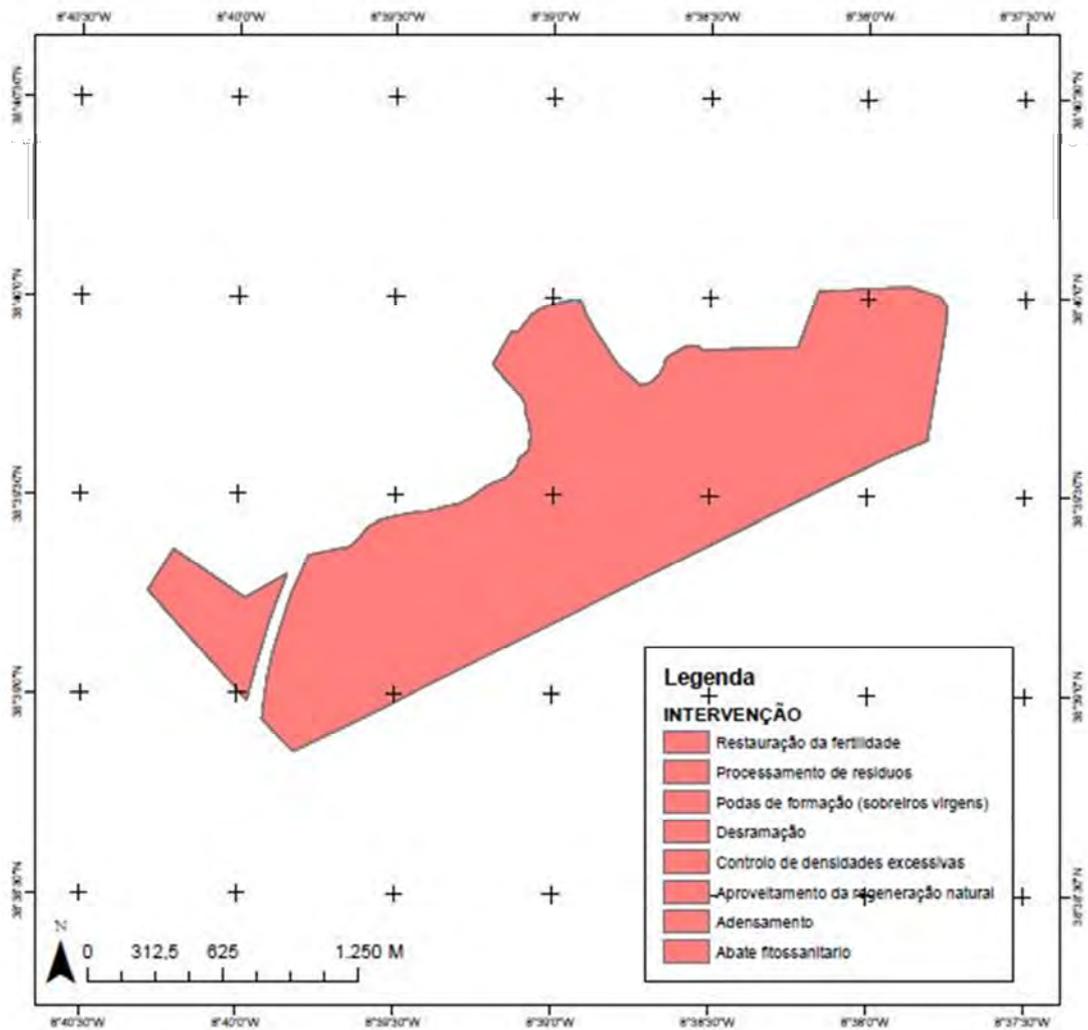






Distrito: Setúbal
 Concelho: Montijo
 Freguesia: Canha

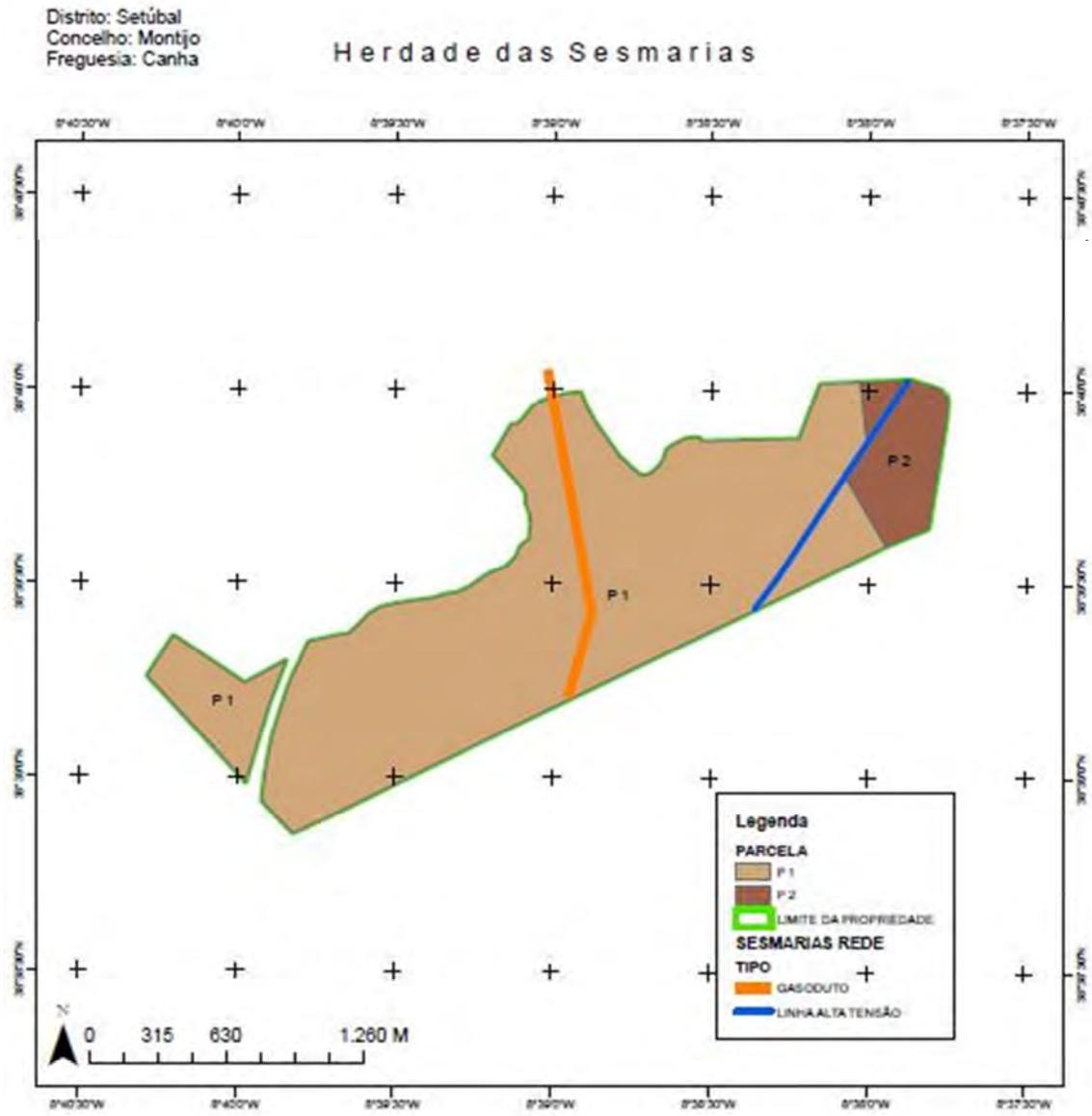
Herdade das Sesmarias



Sistema de Coordenadas:
 ETRS_1989_Portugal_TM08

Mapa nº 5.5
 Distribuição das intervenções (2018)





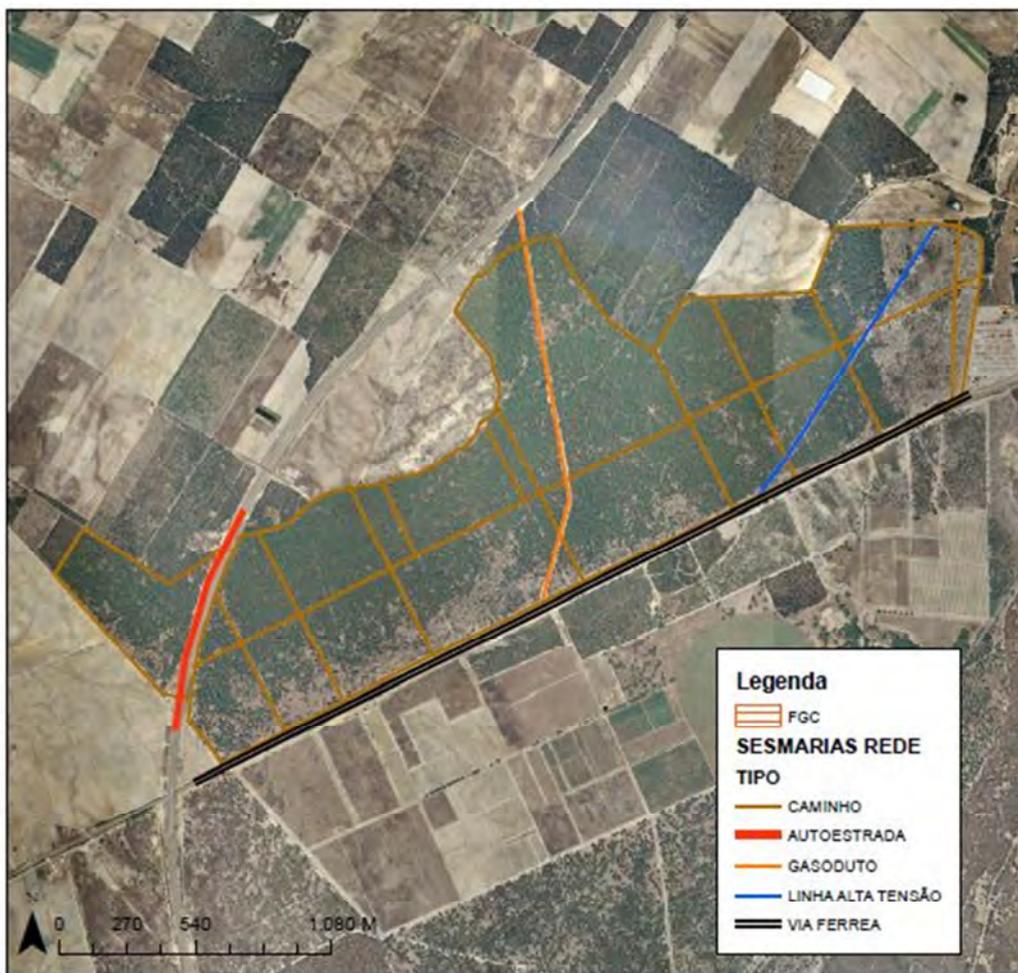
Sistema de Coordenadas:
ETRS_1989_Portugal_TM06

Mapa nº 5.6
Carta de ordenamento da exploração
- Faixa de gestão gasoduto e linha de alta tensão -



Distrito: Setúbal
 Concelho: Montijo
 Freguesia: Canha

Herdade das Sesmarias



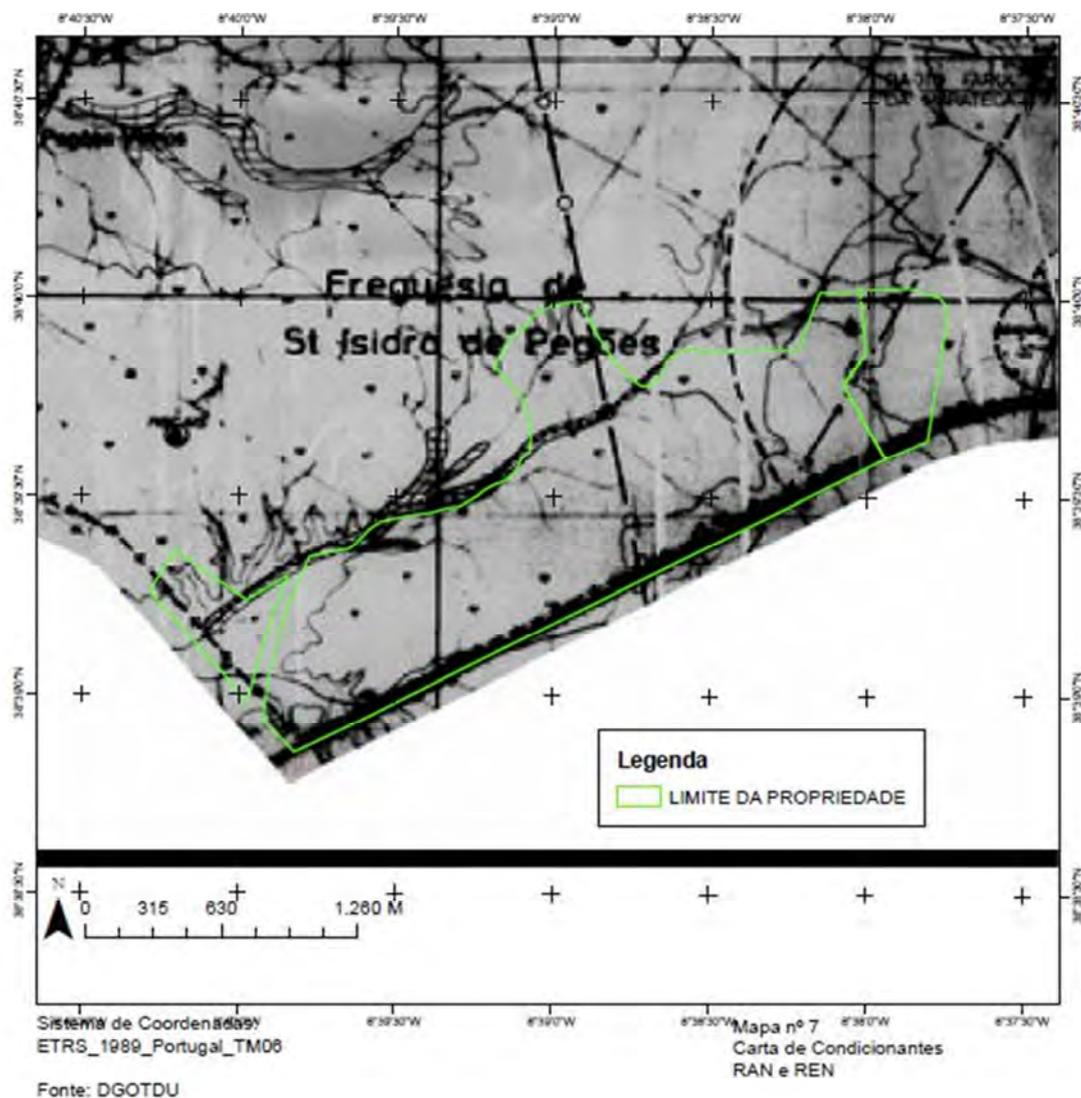
Sistema de Coordenadas:
 ETRS_1989_Portugal_TM08

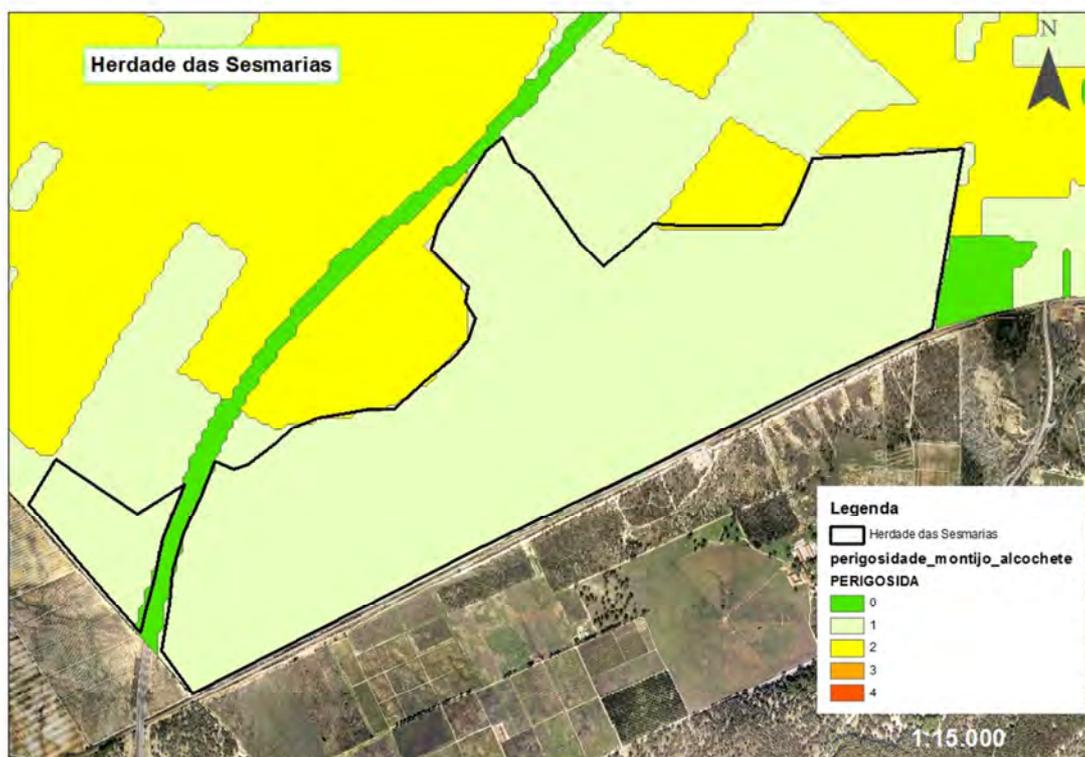
Mapa nº 6
 Carta de infraestruturas DFCI

Fonte: IGP - Instituto Geográfico Português
 (004451A; 004451B)

Distrito: Setúbal
Concelho: Montijo
Freguesia: Canha

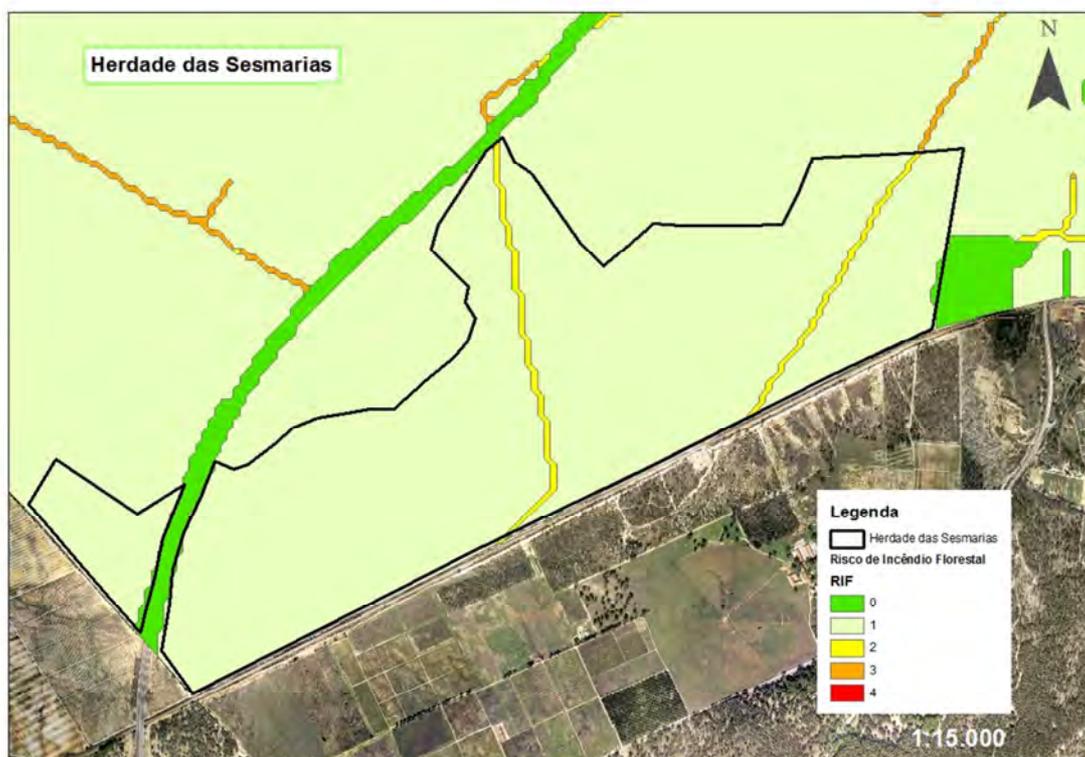
Herdade das Sesmarias



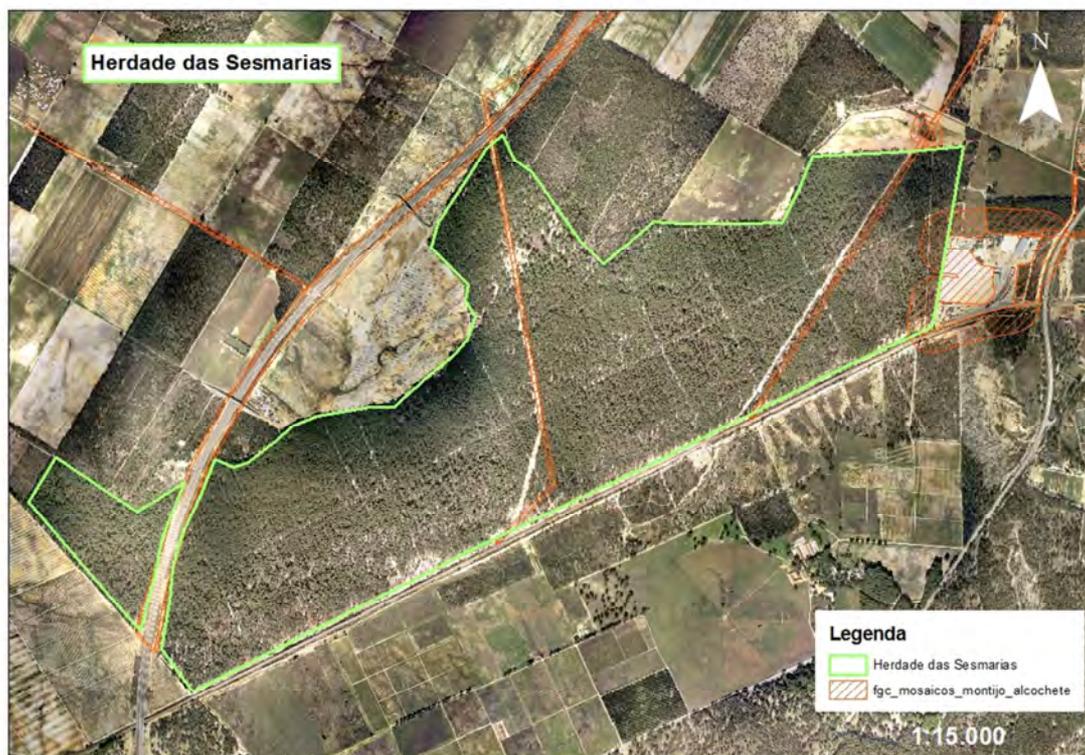


Carta de Enquadramento no PMDFCI – Perigosidade de Incêndio Florestal (escala 1:15.000)





Carta de Enquadramento no PMDFCI – Risco de Incêndio Florestal (escala 1:15.000)



Carta de Enquadramento no PMDFCI – Carta de Gestão Combustível (escala 1:15.000)